

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**ROSÂNGELA VERRI MANÇANO**

**O ASSOCIATIVISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
LOCAL: ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES  
RURAIS DE CORUMBATAÍ DO SUL**

**CURITIBA  
2008**

**ROSÂNGELA VERRI MANÇANO**

**O ASSOCIATIVISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
LOCAL: ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE  
CORUMBATAÍ DO SUL**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Econômico, do Curso de Mestrado Profissionalizante, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Aguiar Serra

**CURITIBA  
2008**

*Ao meu irmão, Toninho, que desde o primeiro dia de aula, esteve ao meu lado com palavras de incentivo, e devo confessar, querido irmão, que algumas vezes tive vontade de desistir e, em todas elas vieram em minha mente a lembrança dessas palavras, e a confiança que você sempre depositou em mim, e a vontade de não te decepcionar é um dos fatores decisivos do encerramento dessa caminhada.*

*A minha mãe Therezinha, ao meu namorado Rogério e aos meus queridos Glauber e Gustavo, que sempre souberam entender a minha ausência e a minha falta de tempo para os programas familiares.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que nos momentos de desânimo, angústia e cansaço sempre atendeu as minhas orações e renovou minhas forças para continuar a caminhada de quase dois anos desse mestrado.

Nessa caminhada, agradeço a muitas pessoas que, de forma direta e indireta, prestaram grande auxílio para o estudo ora concluído.

Aos membros da Diretoria da APROCOR, que disponibilizaram o banco de dados da Associação para a pesquisa, além de fornecerem, através de longas conversas, as informações utilizadas nesse estudo.

Aos meus colegas do Escritório Regional Adriana, Luzia e Marcelo, que muitas vezes se sobrecarregaram executando as minhas funções profissionais, e mesmo assim sempre me deram o maior incentivo.

Aos meus colegas de sala de aula, José Maurino, Maria Inês (minha querida Jarbas), Silvia e Bonato, que sempre se preocuparam com o meu bem-estar durante o tempo que me desloquei todos os fins de semana para Curitiba.

Aos professores que ministraram as aulas práticas com os quais tive oportunidade de melhorar em muito meus conhecimentos teóricos.

Ao Professor Mauricio Serra, meu orientador, que além de ter papel decisivo na elaboração do meu estudo, soube entender de uma forma muito humana os problemas pessoais que atravessei durante a elaboração da dissertação.

Aos professores Cássio Rolim e Armando Sampaio, que apesar do susto, contribuíram muito para o enriquecimento do meu trabalho.

Por fim, a Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social, que propiciou a realização desse curso de Mestrado, e a Universidade Federal do Paraná, na pessoa do Professor Nilson de Paula, que sempre esteve presente, durante a realização do Curso, esforçando-se para que tivéssemos as melhores condições e minimizando todos os problemas que surgiram.

A todos vocês o meu muito obrigado.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS .....</b>	<b>6</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>VII</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>10</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>1</b>
<b>1 REVISÃO DA LITERATURA.....</b>	<b>5</b>
1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	5
1.4 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS.....	10
1.5 ASSOCIATIVISMO.....	14
1.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
<b>2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL.....</b>	<b>21</b>
2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL.....	21
2.1.1 Aspectos Socioeconômicos do Município.....	22
Total.....	24
2.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	43
<b>3 ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE CORUMBATAÍ DO SUL.....</b>	<b>45</b>
3.1 HISTÓRIA: CONDIÇÕES INICIAIS, EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL.....	45
3.1.1 Estrutura da Aprocor.....	48
3.1.2 Atuação da Aprocor.....	49
3.1.3 Forma de Trabalho da APROCOR.....	51
3.1.4 Comercialização da Aprocor.....	51
ANO.....	53
ANO.....	54
3.2 Perfil do associado da Aprocor.....	56
Escolaridade.....	57
N. associados.....	57
Área de Produção/ Hectare.....	58
N. associados.....	58
N. de associados.....	58
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	58
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>60</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS

APLS	Arranjo Produtivo Local
APROCOR	Associação dos Produtores Rurais de Corumbataí do Sul
CAGED	Cadastro Geral de Empregos e Desligamentos
COMCAM	Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAEP	Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento Educação Básica
IAPAR	Instituto Agrônomo do Paraná
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
CEASA	Central de Abastecimento
ONG	Organização Não-Governamental
PEA	População Economicamente Ativa
PNUD	Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequena e Média Empresa
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SERT	Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho
SPL	Sistema Local de Produção

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – COMPARATIVO POR TIPO DE ORGANIZAÇÃO.....	19
QUADRO 2 – DADOS POPULACIONAIS DO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1990 E 2000.....	23
QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DEMOGRAFICA DO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1970-2000.....	23
QUADRO 4 – DENSIDADES DEMOGRÁFICAS DE CORUMBATAI DO SUL E DO PARANÁ, 2000 E 2006.....	24
QUADRO 5 – DISTRIBUIÇÃO DA FAIXA ETÁRIA DO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996 E 2006.....	25
QUADRO 6 – HABITAÇÃO DO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996 E 2006.....	25
QUADRO 7 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO/ALUNOS MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996 E 2006.....	26
QUADRO 8 – ALUNOS POR GRAU DE ENSINO DO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996 E 2006.....	26
QUADRO 9 – PROFESSORES E NÚMEROS DE ALUNOS, 1996 E 2006.....	27
QUADRO 10 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO EDUCAÇÃO BÁSICA – IDEB COMPARATIVO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL/ ESTADO DO PARANÁ, 2005.....	27
QUADRO 11 – TAXA DE ANALFABETISMO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA DO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1990 E 2000.....	28
QUADRO 12 – ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL.....	28
QUADRO 13 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996 E 2006.....	29
QUADRO 14 – ATENDIMENTO DE ESGOTO DO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996 E 2006.....	29
QUADRO 15 – DESTINO DO LIXO DO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 2000.....	30
QUADRO 16 – PRODUTO INTERNO BRUTO E PERCAPITA DO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1995 E 2005.....	31

QUADRO 17 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL, 1996.....	31
QUADRO 18 – ESTABELECIMENTOS RECENSEADOS POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR, 1996.....	32
QUADRO 19 – RECEITAS CORRENTES DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL SEGUNDO AS CATEGORIAS EM R\$, 2001 E 2006.....	32
QUADRO 20 – UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996. ....	33
QUADRO 21 – PRODUTO E ÁREA COLHIDA LAVOURAS PERMANENTES MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996-2006. ....	33
QUADRO 22 – PRODUTO E ÁREA COLHIDA LAVOURAS TEMPORÁRIAS MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996-2006.....	34
QUADRO 23 – COMPOSIÇÃO DO SETOR SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 2000.....	35
QUADRO 24 – ÍNDICADORES DE POBREZA DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1991 E 2000.....	36
QUADRO 25 – ÍNDICADORES DA FONTE DE RENDA DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1991 E 2000.....	37
QUADRO 26 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E SUAS TRÊS DIMENSÕES DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL , 1991 E 2000. ....	38
QUADRO 27 – INTENSIDADE DA POBREZA MUNICÍPIOS DA COMCAM, 2000.	39
QUADRO 28 – IDH-M DOS MUNICÍPIOS DA COMCAM, 2000.....	40
QUADRO 29 – ÍNDICE DE GINI DOS MUNICÍPIOS DA COMCAM, 2000.....	41
QUADRO 30 – RENDA PER CAPITA MUNICÍPIOS DA COMCAM, 2000. ....	42
QUADRO 31 - NUMERO DE EMPREGOS NA REGIÃO DA COMCAM, 2000.....	43
QUADRO 32 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ASSOCIADOS DA APROCOR, 2000 A 2007.....	48
QUADRO 33 – RELAÇÃO DE ENTREGAS DE MARACUJÁ PARA MERCADO, 2001 A 2006.....	53
QUADRO 34 – RELAÇÃO DE KG DE MARACUJÁ ENTREGUES PARA INDÚSTRIA, 2001 A 2006.....	53
QUADRO 35 – RELAÇÃO DE VENDAS DE LARANJA, 2001 A 2006.....	54



<b>QUADRO 36 – RELAÇÃO DE VENDAS DE ABACATE, 2001 A 2006.....</b>	<b>54</b>
<b>QUADRO 37 – ESCOLARIDADE DOS MEMBROS DA APROCOR, 2006 .....</b>	<b>57</b>
<b>QUADRO 38 – FAIXA ETÁRIA DOS ASSOCIADOS DA APROCOR, 2006.....</b>	<b>57</b>
<b>QUADRO 39 – QUANTIDADE DE TERRA DOS ASSOCIADOS DA APROCOR, 2006.....</b>	<b>58</b>
<b>QUADRO 40 – GÊNERO DOS ASSOCIADOS DA APROCOR, 2006.....</b>	<b>58</b>

## RESUMO

A dimensão local tem adquirido uma importância cada vez maior no processo de desenvolvimento econômico na medida em que há uma clara percepção de que é nela que está embutida a capacidade de se mobilizar as vantagens comparativas, cuja viabilidade depende não só da geração de novos conhecimentos, como também do aprendizado, o qual se constitui num elemento vital na capacidade local de competição por estar intrinsecamente relacionado à cooperação entre os diversos agentes. Esta dissertação objetiva mostrar que o associativismo, ilustrado pela Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul (APROCOR), pode vir a se transformar num importante fator de desenvolvimento econômico local em função de suas próprias características, principalmente os fortes laços cooperativos existentes, que parecem preencher determinadas lacunas deixadas pelo conceito de Arranjo Produtivo Local (APL).

Palavras-chave: Associativismo, desenvolvimento local, APROCOR

## **ABSTRACT**

There is a general consensus related to the importance of the local dimension for the process of economic development. In fact, the local dimension has been seen as the main responsible for the ability to mobilize the comparative advantages, whose viability depends not only on the generation of new knowledge, but also of learning, which is an essential element for the local capacity of competition by being intrinsically related to the cooperation between several economic agents. This thesis aims at showing that the association, illustrated here by the Association of Producers of Corumbataí do Sul (APROCOR), could become an important factor for the local economic development because of its own characteristics, especially the existing strong cooperative ties, which seem fill certain gaps left by the concept of Local Productive Arrangement (APL).

Key-words: Association, local development, APROCOR

## introdução

Há na literatura econômica um reconhecimento da importância da dimensão local no processo de desenvolvimento econômico. De fato, esse reconhecimento tem razão de ser na medida em que é no ambiente local que a capacidade de mobilização das vantagens comparativas é forjada. A viabilidade deste processo depende da geração de novos conhecimentos e, sobretudo, do aprendizado, que depende não só da infra-estrutura, das condições de suporte e do conhecimento, mas principalmente da cooperação entre os agentes econômicos. Na realidade, a capacidade local de uma determinada localidade está intrinsecamente relacionada ao potencial de cooperação entre os seus diversos atores sociais.

Em função desta nova concepção de desenvolvimento, em que o ambiente local é parte fundamental do processo de desenvolvimento econômico, e também da falta de políticas industriais nacionais, os agrupamentos (*clusters*) industriais passaram a ganhar um renovado interesse na medida em que externalidades positivas, tais como geração de emprego, aumento das exportações, crescimento econômico, novos investimentos, inovações tecnológicas, aumento de renda, etc., seriam geradas a partir da aglomeração espacial de empresas.

A formulação do conceito dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) se insere exatamente dentro desse contexto. O conceito de APL é relativamente amplo na medida em que abrange: variados tipos de agentes (econômicos, políticos e sociais) cujos vínculos são incipientes; a participação e a interação de empresas, o que inclui as suas diversas formas de representação e associação; e muitas outras instituições (públicas e privadas) direcionadas para a formação e capacitação de recursos humanos; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; e política, promoção e financiamento (Cassiolato e Lastres, 2003).

Se por um lado a amplitude do conceito permitiu captar formas incipientes de aglomerações territoriais de diversos agentes que poderiam, com a ajuda de políticas públicas, gerar potenciais efeitos multiplicadores na economia, por outro lado, foi ela a responsável pelo seu emprego indiscriminado tanto na interpretação da realidade econômica quanto na formulação de novas estratégias de desenvolvimento regional ou local, o que certamente deu margem a consideráveis equívocos.

Embora a análise dos APLs esteja além do escopo desta dissertação, um aspecto importante de ser sublinhado é o fato da participação e da interação dos diferentes agentes serem considerados elementos-chave na promoção do desenvolvimento local. De fato, essa preocupação, que perpassa toda a literatura sobre APLs, tem a sua razão de ser na medida em que a interação entre os diversos agentes é condição *sine qua non* para a elevação do patamar de competitividade das empresas e, conseqüentemente, da localidade.

A dificuldade de cooperação entre os agentes é uma realidade exemplificada por uma vasta literatura sobre APLs. É exatamente dentro desse contexto que o associativismo se insere e que pode vir a preencher uma lacuna que as experiências com os APLs ainda não conseguiram resolver. Nesse sentido, o associativismo pode vir a desempenhar um papel relevante no processo de desenvolvimento econômico local, uma vez que a condição essencial para o desenvolvimento das associações é a cooperação dos associados e a sua plena participação nas decisões e nos negócios.

A criação da APROCOR (Associação dos Produtores Rurais de Corumbataí do Sul) surgiu da necessidade dos agricultores do município de Corumbataí do Sul de buscar eficiência e competitividade na comercialização do café. Ela conta hoje com um total de 178 associados, e sua ação está centrada nos seguintes aspectos: apoio na comercialização e na diversificação de culturas; capacitação de produtores e trabalhadores da fruticultura; incentivo ao associativismo; informação de cotação do mercado agrícola; e pesquisa em novas qualidades de mudas e sementes. Cabe aqui salientar que todas essas ações são desenvolvidas através de parcerias com a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná), IAPAR (Instituto Agrônomo do Paraná) e SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural).

O objetivo desta dissertação é mostrar que o associativismo, ilustrado pela APROCOR, em função de suas características específicas, principalmente os fortes laços cooperativos existentes, pode vir a se transformar num importante fator de desenvolvimento econômico local. Para tanto, esta dissertação está estruturada em três capítulos: o primeiro capítulo tem como principal objetivo fornecer uma revisão da literatura centrada em duas questões relevantes para a presente dissertação:

desenvolvimento local e associativismo. No segundo capítulo, o perfil socioeconômico do município de Corumbataí do Sul é apresentado. Já o terceiro capítulo tem como foco a APROCOR, sendo a discussão central os possíveis efeitos positivos gerados por esta associação de produtores na economia municipal.

# 1 REVISÃO DA LITERATURA

## 1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL

Sabe-se desde há muito que o desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado, uma vez, que é marcado pela cultura do contexto em que se situa. Portanto, é considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais que participam de um projeto de transformação consciente da realidade local.

Segundo BUARQUE (2004), desenvolvimento local é um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da mobilização das energias da sociedade, explorando as suas capacidades e potencialidades específicas. Para ser um processo consistente e sustentável, o desenvolvimento deve elevar as oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo em que assegura a conservação dos recursos naturais.

Nessa linha de argumentação, BROSE (2002) preconiza que o desenvolvimento é uma questão de qualidade de vida, não sendo definido pela riqueza material apenas, mesmo que esta fosse mais bem distribuída. Pois,

[...] inerente ao conceito de desenvolvimento humano está a idéia de que o desenvolvimento significa, antes de mais nada, um processo de expansão das possibilidades de escolha para o indivíduo. [...] cada pessoa tem um conjunto cada vez maior de possibilidades e liberdades sobre como estruturar sua vida, sem, porém desconsiderar a liberdade de escolha das gerações futuras, considerando assim, a dimensão da sustentabilidade (BROSE, 2002, p. 30-31).

Quando se trata de novas formas de dinamizar o desenvolvimento, é importante se ter claro, que o território, embora deva desenvolver-se de forma economicamente sustentável, deve ser compreendido e analisado não somente à partir de suas variáveis econômicas ou geográficas, segundo FURTADO (2005,

p.227), “o verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, um processo de ativação e canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade. Desse ponto de vista, trata-se de um processo social e cultural, e apenas secundariamente econômico”.

O desenvolvimento local está associado, normalmente, a iniciativas inovadoras e mobilizadoras da coletividade, articulando as potencialidades locais nas condições dadas pelo contexto. HAVERI *apud* BUARQUE (2004, p. 30) argumenta que “as comunidades procuram utilizar suas características específicas e suas qualidades superiores e se especializar nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões”.

Dessa forma, a expressão “desenvolvimento local”, refere-se não só ao desenvolvimento econômico, mas também ao desenvolvimento social, ambiental, cultural, político e humano. Por isso, é preciso realizar investimentos em capital humano, capital social e capital natural, além dos correspondentes ao capital econômico e financeiro. O enfoque do desenvolvimento local possui uma visão integrada de todas essas dimensões, não sendo possível separar a interdependência existente entre todas essas variáveis.

Segundo ZAPATA (2001), o conceito de desenvolvimento local se apoia na idéia de que as localidades e territórios dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que podem constituir seu potencial de desenvolvimento.

As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base econômica local, favorecendo o surgimento e a expansão de empresas. As economias locais e regionais crescem quando se difundem as inovações e o conhecimento entre as empresas situadas em um mesmo território geográfico. O desenvolvimento local é um processo de crescimento econômico e de mudanças de paradigmas, liderado pela comunidade local ao utilizar seus ativos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população (ZAPATA, 2001; CAMPOS, 2003).

Para ZAPATA (2001), a estratégia de apoio ao desenvolvimento local/territorial tem como eixos a construção de capital social, o fomento adequado aos micros e pequenos empreendimentos e o fortalecimento da governança local, por



meio da cooperação, da construção de parcerias e da constituição de pactos de atores por um projeto coletivo de desenvolvimento com mais equidade.

Torna-se importante sublinhar que a sociedade encontra-se numa etapa de transição tecnológica e de reestruturação econômica e social, na qual as variáveis-chave são a incorporação de inovações estratégicas no tecido produtivo, assim como a qualificação do capital humano, junto à adaptação institucional, que requerem novas formas de gestão no conjunto das organizações, sejam empresas privadas ou entidades públicas. Todos esses componentes decisivos devem ser contemplados numa política ajustada aos diferentes contextos territoriais. As fórmulas agregadas e centralizadas não são as mais apropriadas por serem ineficientes e ineficazes no contexto do novo paradigma da gestão flexível. (ZAPATA, 2001)

A visão do desenvolvimento econômico local, segundo ZAPATA (2001), supõe um planejamento integral e menos simplificador sobre o funcionamento das economias. Essa visão conduz a uma estratégia que deve acompanhar os esforços do ajuste macroeconômico e externo, com atuações orientadas para obter a introdução de inovações tecnológicas, de gestão e sócio-institucionais no conjunto dos diferentes sistemas/ arranjos produtivos locais e do tecido empresarial existente.

SILVEIRA (2006, p. 230), afirma que uma nova visão política está surgindo, no que se refere ao conceito de desenvolvimento local:

os atores e instituições governamentais são, obviamente, relevantes em todo o processo de promoção do desenvolvimento local [...] na forma de metodologias e programas de apoio – estão claramente presentes na cena pública, com o papel ativo de diversos núcleos irradiadores [...]. Mas, o fulcro dessas dinâmicas, e do que hoje emerge como um movimento social associado à perspectiva do desenvolvimento local, não é o *protagonismo* do Estado ou das grandes instituições: **é, seguramente, o *protagonismo* local, é a percepção dos atores envolvidos em dinâmicas locais como sujeitos de seu próprio projeto de mudança, como sujeitos de seu desenvolvimento, através da valorização dos ativos locais, especialmente das potencialidades de cooperação ocultas em cada território.** [grifo nosso]

Para ZAPATA (2001), a privatização, a abertura de mercados e a desregulação das economias conduzem a crescente concentração de capital na esfera privada, diante do qual é preciso reforçar a capacidade dos diferentes sistemas e arranjos produtivos locais. Isto, para equalizar as condições de

competitividade empresarial e regional, para atender aos objetivos de coesão social tão importante no Brasil, e a junção de forças dos atores inseridos, no “local”, pode se concretizar na forma mais dinâmica e eficaz de se alcançar o desenvolvimento.

PRÉVOST (2005) ressalta que o desenvolvimento local somente se torna possível na medida em que os agentes locais sejam o centro do desenvolvimento, ou seja, todas as forças indutoras do desenvolvimento deverá ser focada no intuito de valorizar os potenciais locais dinamizando e estimulando as iniciativas econômicas já existentes, através da coerência dos atores envolvidos e da capacidade desses, em associar de modo harmônico um conjunto variado de processos e elementos, que sejam comum a todos.

Torna-se importante ressaltar que o desenvolvimento tem raízes locais, uma vez que o conhecimento se transforma num atributo cada vez mais essencial para o processo de produção, competição e crescimento econômico. Neste sentido, a tomada de decisão de uma empresa no que tange a sua localização vem a ser uma questão imperativa e central para a sua capacidade competitiva, que depende em última instância, da reunião de dois elementos-chave: competência individual e os ativos locais.

Na realidade, a atual concepção de desenvolvimento econômico acaba por endossar a importância do ambiente local. Entretanto, o desenvolvimento somente será viabilizado naquelas localidades que forem capazes de mobilizar as suas vantagens comparativas num intenso processo que requer efetivamente diálogo, sendo que este diálogo tem de ser, por necessidade, gerador de novos conhecimentos e indutor de aprendizado, que assume importância capital. De fato, o aprendizado depende não só do conhecimento, condições de suporte e infraestrutura, mas principalmente da cooperação, que vem a ser um elemento crucial no potencial local de competição na medida em que está assentada na capacidade dos diversos atores em gerar consenso (SERRA e PAULA, 2007).

O reconhecimento da importância da dimensão local no processo de desenvolvimento econômico acabou por despertar um novo interesse pela questão das aglomerações industriais, principalmente pelo fato de que a literatura econômica apontava-as como sendo responsáveis pela geração de externalidades positivas. Segundo Vargas (2002), o ressurgimento do local ou da região como lócus de vantagens competitivas e inovativas está diretamente relacionado a algumas

experiências bem sucedidas, como é o caso dos distritos industriais da Terceira Itália, o Vale do Silício na Califórnia, Baden-Wurttemberg na Alemanha, etc.

Alfred Marshall, em *Princípios de Economia* (1988), foi quem primeiro percebeu, que as aglomerações de empresas num mesmo espaço geográfico gerava externalidades positivas, que nada mais eram do que o resultado dos ganhos advindos da proximidade das empresas e também do aproveitamento de vantagens externas comuns. Três fatores passaram a estar relacionado à permanência das empresas num mesmo espaço territorial: 1) a formação de um mercado local com constante mão-de-obra especializada; 2) o fornecimento de matérias-primas e de produtos intermediários, o que significava a mitigação de crises momentâneas de abastecimento e, ao mesmo tempo, a redução do custo de material e de deslocamento; e 3) a possibilidade da difusão do conhecimento tecnológico entre as empresas através do contato comercial e social.

O pioneirismo de Marshall teve desdobramentos significativos, uma vez que eles não ficaram restritos à dimensão espacial. De fato, a aglomeração industrial proporcionou um maior grau de competitividade na medida em que as empresas passaram a investir no processo de inovação tecnológica. Cabe aqui ressaltar que a literatura econômica teve um ganho considerável com as contribuições de Schumpeter, que destacava o papel da inovação tecnológica no processo de desenvolvimento capitalista. Apesar do foco inicial estar centrado na figura do empresário, que era concebido como o agente mais importante no processo de inovação, sua análise foi ampliada de modo a abranger os laboratórios de P&D e as instâncias coletivas como elementos importantes para o processo de inovação tecnológica.

Uma outra contribuição teórica significativa foi dada pela corrente neoschumpeteriana, que centrou sua atenção nas relações externas das empresas, sendo estas entendidas como o fator primordial na explicação do processo de inovação tecnológica e de competitividade das empresas. Neste sentido, o ambiente cooperativo externo às empresas passou a ser determinante na compreensão da dinâmica competitiva das empresas, o que significa dizer que o alvo das preocupações passou a ser direcionado para o processo de aprendizado tecnológico, que demandava acumulação de conhecimento individual e a interação com outros agentes para que soluções para os problemas pudessem emergir.

Além da questão do aprendizado tecnológico, uma outra dimensão ganhou importância definitiva neste processo de interação das empresas com o ambiente externo: as instituições. De fato, as instituições, na concepção de Lundvall (1992), moldam as interações, que são, em última instância, responsáveis por quase todo aprendizado, entre os diversos agentes, sendo isso um processo social.

Essa constatação foi determinante para que toda uma corrente de investigação passasse a dirigir a sua atenção para as experiências bem sucedidas de aglomeração industrial. É exatamente dentro deste quadro que a formulação do conceito de Arranjos Produtivos Locais (APLs), objeto da próxima seção, se deu.

#### 1.4 ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

SUZIGAN, GARCIA e FURTADO (2005) salientam que a definição de APLs não é tarefa trivial e nem isenta de controvérsia, uma vez que eles podem assumir diversas características, que dependem de sua história, evolução, organização institucional, contextos culturais e sociais, localização da sua estrutura produtiva, organização industrial, formas de governança, associativismo, cooperação entre os atores, formas de aprendizado e grau de difusão do conhecimento especializado local

Apesar das dificuldades, Cassiolato e Lastres (2003, p. 27) definiram os APLs como

[...] aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas – que podem ser produtoras de bens e serviços finais até fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros – e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos (como escolas técnicas e universidades); pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

O conceito de APLs é amplo o suficiente para abranger qualquer tipo de indústria ou especialização. Ele não aponta para a intensidade das especializações das empresas, para as atividades que estão sendo incluídas e nem para a

abrangência geográfica onde as empresas estão operando. CASSIOLATO e LASTRES (2003, p 33) salientam que:

O argumento básico do conceito adotado pela Rede é que onde houver produção de qualquer bem ou serviço haverá sempre um arranjo em torno da mesma [...]. Tais arranjos variarão desde aqueles mais rudimentares àqueles mais complexos e articulados. Desta forma consideramos que o número de arranjos produtivos locais existentes no Brasil seja tão grande quanto à capacidade produtiva nacional permita.

Um aspecto importante de ser sublinhado é o fato de que os APLs, na visão de LASTRES e CASSIOLATO (2003), também contemplam as pequenas e médias empresas, que poderão, dependendo da sua integração ou organização e da existência de cooperação relacionada à atividade principal do conjunto dessas empresas, vir a se constituir num APL.

A lógica desse processo está na obtenção local de economias de escala, fruto do aumento da capacidade produtiva e competitiva das empresas, e na busca pela redução de custos dos insumos.

LASTRES e CASSIOLATO (2003) salientam que a capacidade de acumulação e transferência do conhecimento (tácito ou tecnológico) é outro efeito positivo dos APLs. A transferência desse conhecimento culmina em uma maior quantidade de informação disponível aos empresários locais, o qual terá impacto direto nas decisões dos mesmos, sobre investimento, tanto em novos mercados quanto ao lançamento de novos produtos, ou até mesmo a mudança do processo produtivo utilizado. Dessa forma, há uma redução do custo individual de cada firma. O conhecimento e a disponibilidade de mão-de-obra capacitada contribuem para a formação de APLs, nas regiões onde ocorre concentração de pequenas firmas.

É importante salientar que o termo APLs se refere à concentração de quaisquer atividades similares ou interdependentes no espaço. Nesse caso, não importa o tamanho das empresas, nem a natureza da atividade econômica desenvolvida, podendo esta pertencer ao setor primário, secundário ou até mesmo, terciário, variando, desde estruturas artesanais com pequeno dinamismo, até arranjos que comportem grande divisão do trabalho entre as firmas e produtos com elevado conteúdo tecnológico (MYTELKA e FARINELLI, 2000).

LASTRES e CASSIOLATO (2005, p. 329) sublinham que a concentração de empresas de atividades semelhantes, em um mesmo território, configura um APL, caso elas apresentem, as seguintes características:

- a) Dimensão territorial – é um espaço onde ocorrem processos de produção e de trabalho, definidos a partir e por relações jurídicas, políticas, econômicas, sociais e institucionais, caracterizado por algum tipo de governança. Por esta definição, os APLs compreendem um recorte do espaço geográfico que tenha algum tipo de identidade coletiva, alguma capacidade (mesmo potencial) de promover projetos convergente à região e capaz de realizar e implementar parcerias entre os atores de dentro e fora do território;
- b) Diversidade de atividades, e atores econômicos, sociais e institucionais – normalmente nos APLs mais estruturados pode ocorrer uma maior participação e interação entre as empresas e entre estas e as instituições de apoio e suporte. Mas não é a existência de inúmeras atividades e instituições de apoio e suporte na região é que forma um APL. Podem existir estes atores em um espaço econômico sem que se caracterizem com um APL. O que caracteriza o que seja um APL é o grau de interação, eficiência e aprendizado coletivo.
- c) Conhecimento tácito – a difusão do conhecimento coletivo é importante para a formação e consolidação dos APLs, pois o saber tecnológico, comercial e produtivo, estão incorporados no saber individual da empresa e do trabalhador. Nem sempre este saber é transferível ou decodificado para ser transmitido para outras empresas e trabalhadores. A proximidade espacial aliada a um processo de interação a partir da identidade cultural, social e empresarial pode facilitar a circulação de conhecimento e informação intra e inter empresas, podendo vir a constituir-se em vantagem competitiva a quem tem este procedimento alavancagem comercial, tecnológica e produtiva.
- d) Inovação e aprendizado interativo – a capacidade de inovar é uma das principais formas de modernizar processos, produtos e gestão empresarial institucional. O aprendizado interativo (coletivo) constitui-se em um importante mecanismo de absorção, aplicação, desenvolvimento

e aprimoramento de conhecimentos produtivos e de gestão, capazes de dar um suporte adequado ao aumento da capacidade competitiva endógena aos diversos atores locais.

- e) Governança – trata-se de um processo formal de coordenação dos diversos atores econômicos, sociais, culturais e institucionais nas esferas pública e privada, em níveis locais e regionais. Normalmente, esta função de governança pode ser desempenhada pelo Estado, mas não sozinho ou de maneira a isolar os demais atores e pode ser partilhada com outras instituições de apoio e suporte.

Embora estes itens sejam característicos dos APLs, existe uma diversidade de formas e dinâmicas de funcionamento dos APLs, as quais retratam as condições locais de territorialidade, com variações no tipo e na intensidade de inserção das diversas inter-relações entre empresas e entre estas e o tecido institucional público e privado.

CASSIOLATO e SZAPIRO (2003) e HADDAD (2004), salientam que para o desenvolvimento de um APL, em um dado território geográfico, é condição necessária já existir um embrião produtivo, além de algumas condições prévias, tais como: significativo número de empresas; especialização das empresas em determinada atividade produtiva; existência de mão-de-obra local qualificada e reconhecida por usar esta qualificação; existência de atividades correlacionadas, a montante e a jusante da cadeia produtiva; articulação do sistema local com o exterior, tanto para escoar a produção quanto para captar os novos desenvolvimentos tecnológicos; forte interdependência entre empresas e demais agentes; existência de uma comunidade e forte identidade local ou regional que favoreçam a cooperação, solidariedade e reciprocidade; presença de instituições locais comunitárias e públicas capazes de compreender e sustentar o sistema, de promover seu desenvolvimento, favorecendo a inovação; massa crítica de fornecedores locais de componentes e de serviços que contribuem significativamente para a melhoria da qualidade dos produtos e da eficiência dos processos de produção; local onde se possa receber fluxos atualizados de informações especializadas, sobre tecnologia e características dos clientes, além de se inter-relacionarem com outros participantes na promoção do desenvolvimento local.

Torna-se importante salientar que todas essas características descritas acima mostram que os APLs, dependendo do seu grau de sofisticação e eficiência, podem proporcionar um patamar mais elevado de competitividade não só das empresas, como também do conjunto das atividades em que estão inseridas. Nesse sentido, as externalidades positivas almejadas são geradas internamente e também para o conjunto da economia.

Entretanto, um aspecto de fundamental importância deve ser ressaltado: a elevação do patamar de competitividade dependerá drasticamente do grau de cooperação entre os diversos atores. Nesse sentido, Haddad (2004, p.32) é enfático ao salientar que “um APL tem reduzidas chances de se estruturar e de se consolidar, se não vier a se instalar entre as empresas que o compõem um ambiente de competição cooperativa, se não se eliminar o clima de desconfiança entre elas, se as empresas não abandonarem atitudes defensivas quando ocorrerem resultados adversos”. Em suma, a sinergia entre os componentes de um arranjo produtivo é o supremo desafio a ser superado e, além do mais, pouco se conhece a respeito da relação entre ambiente cooperativo e conquistas de mercado.

Ao fomentar uma cultura assentada na cooperação entre os diversos agentes, o associativismo, objeto da próxima seção, pode vir a contribuir para a constituição e o desenvolvimento das vantagens competitivas de um APL, que neste contexto poderá gerar as externalidades positivas, frutos da economia de aglomeração, tão necessárias e desejadas.

## 1.5 ASSOCIATIVISMO

A vida associativa está presente em muitas áreas das atividades humanas, mormente traduzidas em condições que visam contribuir para o equilíbrio e estabilidade social, através da união. A esse respeito FRANTZ (2002, p. 1) destaca, “[...] associativismo, é um fenômeno que pode ser detectado nos mais diferentes lugares sociais: no trabalho, na família, na escola etc. No entanto, predominantemente, a organização associativa, é entendida com sentido econômico e envolve a produção e a distribuição dos bens necessários à vida”.



Neste sentido, o associativismo pode ser entendido como estratégia para melhoria das condições de vida da população, sendo o desenvolvimento um processo também fundado em relações sociais associativas.

A primeira forma manifesta de associativismo aconteceu em Rochdale-Manchester na Inglaterra no final do século XVI, no início da Revolução Industrial, formado por um grupo de 28 trabalhadores que decidiram aplicar os dois pences que recebiam por semana, na fundação de uma loja (SINGER, 1998). Segundo a história, a associação de pessoas visando interesses econômicos não é uma característica contemporânea.

O associativismo pode ser definido como uma forma de união de interesses comuns, onde a sociedade se organiza através de ajuda mútua para resolver diversos problemas relacionados ao seu dia-a-dia (CANTERLE, 2004).

Ao conceito de associativismo está ligada a idéia de vivência coletiva, de novas experiências e enriquecimento de conhecimentos. Tendo em conta este conceito e atendendo o que se vive em uma sociedade cada vez mais competitiva e individualista, as associações apresentam-se como um espaço de ajuda mútua a seus associados.

Nesse contexto, acredita-se que o associativismo entre empresas pode se tornar uma alternativa viável, com vistas a fomentar as capacidades individuais em ganhos coletivos. Assim, pode-se entender o associativismo como o ato de se associar, agregar, juntar, unir forças para um fim comum. Numa definição ampla, o associativismo é qualquer iniciativa formal ou informal que reúne um grupo de empresas ou pessoas, com o objetivo principal de superar dificuldades e gerar benefícios econômicos, sociais ou políticos.

A organização associativa abriga um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, e interesses. Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, constituindo-se em processos de aprendizagem, interação e compartilhamento dos interesses e problemas comuns (AVRITZER, 2004).

Para AVRITZER (2004), o fomento ao associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento no sentido que a organização associativa fornece os instrumentais aos atores individuais e passa a ser a força indutora para incorporar novos conhecimentos, que culmina em uma sinergia nos processos de inovação e

aperfeiçoamento. Além disso, esse autor sublinha que os atores sociais mais importantes não são os cidadãos individualmente, mas as corporações em que se envolvem e cuja atuação passa a depender em grande medida dos interesses pessoais envolvidos. Dessa forma, a associação expressa uma relação social dinâmica, e em movimento, como uma força estratégica para a melhoria das condições locais de uma população, sob todas as suas dimensões, culminando com a idéia de desenvolvimento.

O associativismo é uma questão primária para o potencial de emancipação e o desenvolvimento de qualquer comunidade ao articular o pontual com o abrangente. ALENCAR (1997) afirma que o associativismo representa uma importante opção estratégica capaz de transformar ou modificar a realidade, ou como um instrumento que proporciona aos diferentes atores sociais meios para se adaptarem a essa realidade. Através dessa forma de representatividade abre-se a possibilidade de combinar o desenvolvimento coletivo e individual. Incentivar a formação de associações tornando-se relevante à medida que a lógica da ação coletiva acaba prevalecendo sobre a ação individual, sem, contudo, excluí-la.

Na concepção de FRANTZ (2002, p. 25), “[...] o associativismo contém o desenvolvimento local [...]. A associação expressa uma relação dinâmica, uma relação em movimento, em direção a um lugar melhor. O desenvolvimento é um processo também fundado em relações sociais associativas, das quais podem nascer formas cooperativas”.

No processo do desenvolvimento local é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas, traduzidas em conhecimento da realidade, e da capacidade de atuação coletiva, sobre essa realidade (FRANTZ, 2002).

Para ARRUDA *apud* FRANTZ (2002, p. 29),

A via do associativismo fomenta um debate permeado de pontos e contrapontos onde o diálogo abre caminho para a reconstrução, para o desenvolvimento. [...] a diversidade do conjunto de talentos, capacidades, competências que constituem a singularidade e a criatividade de cada um. O método é colocá-las em comum, buscando construir laços solidários de colaboração no interior da comunidade, de modo a desenvolver quanto possível os talentos, capacidades e competências coletivas [...]. Trata-se, como no caso de cada pessoa, de desenvolver a comunidade no sentido de tornar-se sujeito consciente e ativo do seu próprio desenvolvimento.

Conforme RODRIGUES *apud* CANTERLE (2004), as organizações associativas abrigam um complexo sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades, das intenções e interesses das pessoas que cooperam no sentido de fazer frente a naturais debilidades. Da dinâmica dessas relações nascem ações no espaço da economia, da política, constituindo-se em processos de aprendizagem e estruturas de poder.

Portanto, como sublinha CANTERLE (2004, p.8), “[...] fica claro que o fomento do associativismo constitui a pedra angular do desenvolvimento e cuja problemática está em captar as contradições e organizar as pessoas, uni-las e engajá-las harmoniosamente em torno de interesses comuns, dando atendimento às suas necessidades coletivas e individuais”.

Um aspecto importante de ser mencionado é o do associativismo rural. Nesse caso, as associações de produtores podem surgir de várias maneiras. Algumas podem ser criadas espontaneamente pelos próprios agricultores, enquanto outras, de acordo com BASSO (1993) *apud* LAZZAROTTO (2007), surgem pela indução de agentes externos, como o Estado, agências de desenvolvimento e organizações não-governamentais. Por meio dos agentes externos podem ser disponibilizados recursos para o grupo de agricultores, desencadeando o processo de formação associativista, uma vez que se pode mobilizar o início da ação coletiva (MIRANDA, 1998 *apud* LAZZAROTTO, 2007).

Para a viabilização do associativismo, SOUZA (1996) *apud* LAZZAROTTO (2007) afirma que deve-se observar três princípios fundamentais:

- 1) a definição apurada e sistemática de interesses comuns;
- 2) o respeito às limitações e possibilidades de cada um; e
- 3) o aprofundamento e avaliação.

Ao referir aos fatores fundamentais para viabilidade das associações rurais, MUENCHEN (1996) ressalta que para a obtenção de sucesso ao longo do tempo há necessidade de observar e sanar dois importantes problemas que comumente ocorrem: 1) a passagem do individual para o coletivo, pois o agricultor, individualmente, apresenta certos hábitos, determinado nível de cultura e de conhecimento, que na associação se transforma no coletivo; 2) cuidado especial com a gestão dos aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais, pois este conjunto determinará o sucesso do empreendimento associativo.

Assim, percebe-se que são vários os pontos a serem observados e avaliados para o sucesso de uma associação, pois a não-observação e cuidados com determinados aspectos pode inviabilizar o associativismo. Além disso, é importante salientar que é bastante comum os termos associativismo e cooperativismo serem utilizados como sinônimos. Entretanto, ambos os termos apresentam características jurídicas distintas e próprias, que são relativas às suas classificações como organizações previstas no Direito Brasileiro.

Conforme demonstra o quadro um, a diferença entre uma organização associativa e uma cooperada basicamente se situa no amparo legal que possuem as organizações cooperativas em realizar transações econômicas (atos de comércio, acesso à crédito e financiamentos). De uma maneira simplista, pode-se afirmar que a principal função de uma associação é a organização e representação coletiva dos interesses de seus afiliados, ao passo que uma cooperativa já possui uma concepção diretamente relacionada à defesa dos interesses econômicos de seus membros.

QUADRO 1 – COMPARATIVO POR TIPO DE ORGANIZAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	ASSOCIAÇÕES	COOPERATIVAS
DEFINIÇÃO LEGAL	- Sociedade Civil, sem fins lucrativos.	- Sociedade civil sem fins lucrativos. Pode praticar atos de comércio.
OBJETIVOS	- Promover a defesa dos interesses dos associados. - Incentivar a melhoria técnica, profissional e cultural dos integrantes.	- Viabilizar e desenvolver a atividade produtiva dos associados. - Transformar bens, atuando no nível de mercado.
AMPARO LEGAL	- Art. 5º da Constituição Federal do Brasil. - Código Civil.	- Art. 5º da Constituição Federal do Brasil. - Lei 5.764/71.
NÚMERO MÍNIMO DE PESSOAS, PARA CONSTITUIÇÃO.	- Mínimo de duas pessoas físicas.	- Mínimo de vinte pessoas físicas, que exerçam atividades afins.
FORMAÇÃO DE PATRIMÔNIO	- Não possui capital social. - Seu patrimônio é formado por doações, fundos e reserva. A inexistência de capital social dificulta a obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras.	- Possui capital social <sup>1</sup> , o qual somado ao imobilizado, facilita a obtenção de crédito junto às entidades financeiras. O capital social é formado por aportes dos associados (quotas – partes). - O valor do capital de cada associado determina a responsabilidade do mesmo no caso de liquidação da Cooperativa.
ATIVIDADE MERCANTIL	- Pode ou não comercializar. Comercializando se sujeita a tributação no âmbito da legislação.	- Realiza atividade de comércio diretamente.
OPERAÇÕES FINANCEIRAS	- Pode realizar operações bancárias usuais, mas não tem como finalidade e nem realiza operações de empréstimos, não tem acesso a crédito de financiamentos.	- Realiza operação bancárias usuais, e é permitido o acesso ao crédito de financiamentos. De acordo com o tipo de cooperativa pode realizar operações financeiras. As de crédito operam como bancos comerciais. As de produção podem financiar o produtor com recursos próprios ou repasses.
RESPONSABILIDADES DO ASSOCIADO	- Os administradores podem ser responsabilizados por seus atos que comprometam a existência da entidade.	- A responsabilidade dos sócios está limitada ao montante de suas quotas – partes, a não ser que o estatuto determine diferentemente. Quando os estatutos determinam responsabilidade ilimitada, os sócios podem responder com o seu patrimônio pessoal.
REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES	- Os dirigentes não são remunerados pelo exercício de suas funções, recebem apenas reembolso de suas despesas realizadas no desempenho de seu cargo. Poderão eventualmente receber, desde que o valor não ultrapasse o valor que receberia no exercício de sua profissão.	- Os dirigentes são remunerados, através de retiradas mensais “pró-labore”, definidos pela assembléia. Os diretores, ou conselheiros vogais e conselheiros fiscais, podem receber cédula de presença por participação em reuniões de trabalho.
DESTINO DO RESULTADO FINANCEIRO	- Não há rateio de sobras das operações financeiras. Qualquer superávit deve ser aplicado em suas finalidades.	- Há rateio das sobras obtidas no exercício financeiro, devendo antes a assembléia destinar parte, aos fundos de reserva, 10% e educacional 5%, as demais sobras podem ser destinadas a outros fundos de capitalização ou diretamente aos associados de acordo com a quantidade de operações, que cada um deles teve com a cooperativa.
ESTRUTURAS	- Pode constituir órgão de representação e defesa, não havendo atualmente estrutura a nível nacional, de representação.	- Pode constituir órgãos de representação e de defesa dos interesses e direitos, havendo atualmente um órgão oficial de representação imposto por lei (sistema OCB), ao qual após a promulgação da Constituição Federal de 1988, com a autogestão as cooperativas não são mais obrigadas a se registrar.

Fonte: elaboração própria a partir de dados do SEBRAE (2007).

<sup>1</sup> Pelo conceito contábil, Capital Social é a parcela do patrimônio líquido de uma entidade ou empresa que os acionistas vinculam o qual é destinado ao cumprimento dos objetivos da mesma.

## 1.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse capítulo procurou mostrar que o desenvolvimento econômico está profundamente enraizado no ambiente local. O desenvolvimento não exclui o local. Muito pelo contrário, ele o privilegia. Entretanto, a viabilização do desenvolvimento somente se dará naquelas localidades nas quais houver capacidade de mobilização de suas vantagens comparativas num processo que demanda não só geração de novos conhecimentos, como também aprendizado, sendo que este depende, além do conhecimento, das condições de suporte e da infra-estrutura, fundamentalmente da cooperação. De fato, a cooperação vem a ser um fator-chave para o potencial competitivo de uma localidade, uma vez que ela está baseada na capacidade dos diversos atores em gerar consenso.

Um outro aspecto ressaltado neste capítulo foi o de que o associativismo, principalmente em função dos seus fortes laços cooperativos, pode exercer um papel relevante no processo de desenvolvimento local. Todo esse potencial dinâmico poderá se desdobrar numa estratégia de desenvolvimento local na medida em que existe a possibilidade de sua transformação, tal como aventado pelo Haddad (2004), em APLs. Embora isso esteja além do escopo dessa dissertação, cabe aqui sublinhar que a concretização dessa possibilidade dependerá de inúmeras variáveis, sendo o correto afirmar que não há garantia nenhuma de que uma coisa leve a outra.

O próximo capítulo tem como foco o município de Corumbataí do Sul, que é a sede da APROCOR, objeto de estudo da presente dissertação. O objetivo principal é o de mostrar o seu perfil socioeconômico de modo que se possa entender e analisar a importância daquela associação para o desenvolvimento da região.

## 2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

Conforme foi apontado no capítulo anterior, o desenvolvimento econômico tem raízes nas condições locais, uma vez que as localidades acabam por se tornar o lócus de criação de conhecimento e aprendizado, numa fase da história em que o capitalismo é intensivo em conhecimento. Nesse sentido, a capacidade de gerar novo conhecimento vem a ser um fator essencial no processo de produção, competição e crescimento. Em função disso, a decisão locacional de uma empresa se constitui num componente fundamental na sua capacidade de competição, que depende não só das suas competências individuais, mas principalmente dos atributos locais. É exatamente dentro desse contexto que a cooperação assume um papel de extrema relevância no grau de competitividade de uma localidade, uma vez que ela está baseada na capacidade dos diversos atores em gerar consenso. Nesse sentido, o associativismo, que tem nos laços cooperativos a sua grande força, pode vir a contribuir significativamente processo de desenvolvimento local.

Esta seção objetiva apresentar o perfil socioeconômico do município de Corumbataí do Sul, que é onde se encontra situada a APROCOR, objeto de estudo dessa dissertação. As informações sociais e econômicas aqui apresentadas são importantes para delinear as principais características do referido município e, ao mesmo tempo, mostrar a sua dinâmica.

### 2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL<sup>2</sup>

Corumbataí do Sul é um nome Tupi-Guarani que significa “Pequeno Lugar Distante”. A história relata que houve constantes investidas dos bandeirantes na região, chefiados por Antônio Raposo Tavares a fim de aprisionar índios da região. O município foi loteado pela empresa “organizações Lunardelli”. Ele foi designado distrito administrativo do município de Barbosa Ferraz em 13/01/1967, permanecendo assim até o dia 27/05/1986. A instalação do município foi oficializada em 01/01/1989.

O referido município, localiza-se na Região do Vale do Piquirivai, sendo um dos vinte e cinco municípios integrantes da Micro Região da COMCAM

---

<sup>2</sup> Dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul (2007).

(Comunidade dos Município de Campo Mourão - Micro Região 12), como pode ser visualizado na figura 1. Ele está situado a Noroeste do Estado do Paraná, possuindo uma área de 206,00 Km<sup>2</sup>.

FIGURA 1 – MAPA DA COMCAM – MICRO REGIÃO 12



Fonte: COMCAM (2007) <http://www.comcam.com.br/localizacao.html>

Como pode ser observado na figura 1, Corumbataí tem fronteiras com os seguintes municípios: Barbosa Ferraz ao Norte, Sul e Leste; e Campo Mourão e Peabiru a Oeste. Os principais rios do município são: Rio das Lontras, São Joaquim, Ribeirão do Meio, Jacutinga e Lontrinha. O clima do município é subtropical, sendo que a sua temperatura oscila entre 21° a 32° graus durante o ano.

É complexa a formação do relevo do município de Corumbataí do Sul, pois apresenta quatro formas principais: a) montanhas; b) planaltos; c) planícies e d) depressões. O planalto em que está situado é chamado planalto meridional. A formação do solo, de acordo com a nova nomenclatura da Classificação Brasileira de Solos (EMATER-PR, 2003) é denominada LATOSSOLO ROXO, bastante fértil, argilosa, solos profundos, boa porosidade e boa drenagem. O tipo de vegetação pertence a Mata Atlântica, destacando-se o ipê, a imbuia, e a figueira.

### 2.1.1 Aspectos Socioeconômicos do Município



A população de Corumbataí do Sul, em 1990, era composta por 6.642 habitantes distribuídos nas zonas urbana e rural. Em 2000, conforme dados do Censo 2000 (IBGE), essa população reduziu-se para 4.946 habitantes. As maiores concentrações populacionais da zona rural desse município encontram-se nas seguintes comunidades: Bairro Mercadão, Bairro dos Borges, Bairro Guaraci, Bairro Santo Antonio, Bairro Souza Leão e Bairro Água do Jucá.<sup>3</sup>

O comparativo dos dados populacionais demonstra que o município teve perda de população em torno de 34%, sendo o índice de concentração demográfica maior na área rural, como mostra o quadro 2.

QUADRO 2 – DADOS POPULACIONAIS DO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1990 E 2000.

População	1990		2000	
	Qtde	%	Qtde	%
População Urbana	1.762	26,53	1.998	49,43
População Rural	4.880	73,47	2.928	50,57
<b>Total</b>	<b>6.642</b>	<b>100</b>	<b>4.946</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE/1990/2000.

Comprovando a tendência de perda de população do município, pode-se observar que, num período de 30 anos, houve uma redução da população superior a 120%, como mostra o Quadro 3.

O fenômeno de perda de população, é observado na maioria dos municípios da região, e também brasileiros, onde a população em busca de melhores condições socioeconômicas, migram para outros centros. Geralmente essa tendência está associada à perda da capacidade produtiva do município de origem, o que acarreta a falta de condições de subsistência de sua população.

No caso do município de Corumbataí do Sul, a perda de população demonstrada, pode ter como causa provável, a redução da cultura do café no município, a qual pela sua característica demanda considerável mão-de-obra. A erradicação de vários hectares plantados, fez com que a população residente na área rural, onde a perda de residentes é mais acentuada, procurasse nos centros urbanos melhores condições de subsistência.

QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DEMOGRAFICA DO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1970-2000.

<sup>3</sup> Dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul conforme Censo/IBGE, 2000.

Ano	POPULAÇÃO					
	Urbana	%	Rural	%	Total	%
1970	609	5,54	10.384	94,46	10.993	100
1980	1.396	15,78	7.453	84,22	8.849	100
1990	1.762	26,53	4.800	73,47	6.642	100
2000	1.998	40,40	2.948	59,60	4.946	100

Fonte: IBGE, 2000.

A perda de população que o município de Corumbataí do Sul sofreu (ver Quadro 4 ) também está refletida na sua densidade demográfica, que apresenta um decréscimo de 6,46% no período de 2000 a 2006. Especificamente em relação ao Estado do Paraná, podem-se notar dois aspectos importantes: 1) que os percentuais do município em questão são bem inferiores aos do Paraná e 2) que Corumbataí do Sul e o Paraná apresentam trajetórias inversas, ou seja, a densidade demográfica diminui no município ao passo que há um aumento de 6,87% na do Estado.

QUADRO 4 – DENSIDADES DEMOGRÁFICAS DE CORUMBATAI DO SUL E DO PARANÁ, 2000 E 2006.

MUNICÍPIO / ESTADO	HABITANTES (km <sup>2</sup> )	
	2000	2006
Corumbataí do Sul	25,8	19,34
Paraná	45,10	51,97

Fonte: IBGE/2000/ PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBATAI DO SUL/2006.

O quadro abaixo mostra claramente que a população está concentrada na faixa etária entre 10 e 49 anos. Além disso, pode-se igualmente observar que houve um decréscimo populacional na faixa de 0 a 4 anos, o que significa que a taxa de fertilidade diminuiu, ou seja, que o número médio de filhos por mulher decresceu. De fato, esta diminuição está em consonância com um fenômeno que é mundial e, além do mais, ela é corroborada pelos dados do PNUD (2003), que mostravam haver uma redução nesta taxa no período de 1991-2000.

QUADRO 5 – DISTRIBUIÇÃO DA FAIXA ETÁRIA do município de corumbataí do sul, 1996 e 2006.

<b>FAIXAS</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>
0 a 4 anos	945	871
10 a 19 anos	1074	1219
20 a 29 anos	643	718
30 a 39 anos	567	694
30 a 49 anos	439	510
50 a 59 anos	357	459
60 anos ou mais	1.080	475
<b>TOTAL</b>	<b>5.105</b>	<b>4.946</b>

Fonte: IBGE/11996/ IPARDES/2007.

No Quadro 6, pode-se verificar que houve um aumento no número físico de domicílios, tanto na área urbana quanto na rural, sendo que o aumento nesta última foi bem mais significativo. Apesar desse aumento, houve redução na média de habitantes por domicílio, o que está de acordo com as informações apresentadas nos quadros 2, 3 e 5.

QUADRO 6 – HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996 E 2006.

<b>Indicadores Habitacionais</b>	<b>1996</b>			<b>2006</b>		
	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Total</b>
Número de domicílios	571	530	1.101	643	931	1.574
% Relativo	51,86	48,14	100%	40,85	59,15	100%
Média de habitantes por domicílio	4,94	5,94		3,10	3,16	

Fonte: IBGE/1996 - IPARDES/2006.

Uma outra dimensão importante no perfil socioeconômico do Município de Corumbataí do Sul é a educação. No que tange especificamente a esta dimensão, o ensino no município está distribuído em estabelecimentos educacionais municipais e estaduais. O quadro 7 mostra que houve, entre os anos de 1996 e 2006, uma diminuição no número de alunos matriculados principalmente nas escolas municipais, as quais são responsáveis pelo ensino fundamental.

A estrutura educacional do município (quadro 7) apresentava, em 1996, um total de dez estabelecimentos de ensino, sendo nove de responsabilidade municipal

e um de responsabilidade do governo do Paraná. Após seis anos, o que se pode verificar é a redução do número de estabelecimentos de ensino municipal, permanecendo no mesmo patamar o que era de responsabilidade estadual.

Essa redução também pode ser constatada no número de salas de aulas e de alunos matriculados.

QUADRO 7 – ESTABELECIMENTOS DE ENSINO/ALUNOS MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996 E 2006.

Instituições	1996			2006		
	Qtde.	n. Alunos	n. Salas	Qtde.	n. Alunos	n. Salas
Municipal	9	650	12	6	369	6
Estadual	1	950	15	1	777	9
Federal	0	0	0	0	0	0
Particular	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>1.600</b>	<b>27</b>	<b>10</b>	<b>1.146</b>	<b>15</b>

Fonte: Secretaria Municipal da Educação (2000) e Fonte: MEC-INEP (2006).

O Quadro 8 apresenta o número de alunos matriculados no ensino fundamental e médio nos anos de 1996 e 2006. Os números do quadro mostram claramente que houve uma redução da quantidade de alunos nos dois níveis em dez anos. A redução no nível fundamental foi de cerca de 47% ao passo que no ensino médio a diminuição foi de aproximadamente 24%.

QUADRO 8 – ALUNOS POR GRAU DE ENSINO DO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996 E 2006.

ENSINO	1996	2006
Fundamental	1.200	821
Médio	400	325
Superior	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>1.600</b>	<b>1.146</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul (1996). MEC-INEP/2006.

No Quadro abaixo, pode-se notar não só que houve um aumento do número de professores no Município de Corumbataí do Sul, como também que este município está pouco acima da média, em termos da razão de número de alunos por professor, nacional e estadual.

QUADRO 9 – PROFESSORES E NÚMEROS DE ALUNOS, 1996 E 2006

<b>INDICADORES</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>
Total de Professores	66	78
<b>Número de alunos por professor</b>		
Corumbataí do Sul	24,24	14,69
Paraná	21	21
Brasil	23	23

Fonte: Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul (1996), MEC-INEP/2006.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB<sup>4</sup>) é utilizado pelo Governo Federal para medir a taxa de aprovação e o desempenho escolar do ensino fundamental. O quadro 10 mostra que o município de Corumbataí do Sul apresenta melhor rendimento na fase inicial do que na final do ensino fundamental. Um outro aspecto a ser sublinhado aqui é o fato do desempenho escolar do referido município ser inferior ao do Estado do Paraná.

QUADRO 10 – INDICE DE DESENVOLVIMENTO EDUCAÇÃO BASICA – IDEB COMPARATIVO MUNICIPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL/ ESTADO DO PARANÁ, 2005.

	<b>CORUMBATAI DO SUL</b>	<b>PARANÁ</b>
IDEB/ Anos iniciais	3,6	5,0
IDEB/ Anos finais	3,1	3,3

Fonte INEP/MEC – 2005.

Os dados apresentados no quadro 12 referem-se ao percentual de analfabetos nas diversas faixas etárias, sendo considerado analfabeto aquele indivíduo que não sabe ler e nem escrever um simples bilhete. Como se pode observar, houve uma redução na taxa de analfabetismo de todas as faixas etárias.

<sup>4</sup> O IDEB apresenta uma variação de 0 a 10. Para o seu cálculo, considera-se o rendimento escolar e a média dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação Básica e Prova Brasil. A Metodologia encontra-se disponível no endereço eletrônico: <http://ideb.inep.gov.br/Site/>

QUADRO 11 – TAXA DE ANALFABETISMO SEGUNDO FAIXA ETÁRIA DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1990 E 2000.

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>
7 a 9 anos	16,8	7,1
10 a 14 anos	6,6	1,8
15 a 17 anos	6,2	1,7
18 a 24 anos	10,5	4,4
Acima de 25 anos	38,1	33,0

Fonte: PNUD, 2003

Os dados acima confirmam que houve progressos consideráveis na área educacional, não sendo coincidência o fato de que foi a dimensão educação a principal responsável, segundo o PNUD (2003), pelo crescimento do IDH-M, conforme será apontado mais adiante.

Uma outra dimensão que não pode deixar de ser mencionada para se ter uma radiografia socioeconômica completa do Município de Corumbataí do Sul é a infra-estrutura. No que concerne a esta dimensão, é interessante notar que o município possuía, em 1996, um total de 1.156 consumidores ligados à rede elétrica nas diversas classes, sendo este número acrescido de 173 consumidores em dez anos (ver Quadro 13). Este aumento, segundo a Copel (2007) está dentro dos padrões médios de crescimento do Estado do Paraná e do Brasil, que giram em torno de 5%.

QUADRO 12 – ENERGIA ELÉTRICA DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

<b>Classe</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>
Residencial	530	672
Industrial	6	9
Comercial	71	74
Rural	518	533
Poder público	31	41
Total	1.156	1.329

Fonte: Copel (2007)

No que tange ao abastecimento de água tratada no município pode-se verificar que Corumbataí do Sul apresenta um aumento, no período de 1996 a 2006 (ver Quadro 13), no atendimento deste serviço. De acordo com o PNUD (2003),

91,2% dos domicílios deste município apresentavam, em 2000, acesso a este serviço básico.

QUADRO 13 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996 E 2006.

<b>Classe</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>
Residencial	569	654
Industrial	1	2
Comercial	25	38
Poder público	24	34
<b>Total</b>	<b>619</b>	<b>728</b>

Fonte: Sanepar (2007).

Em relação aos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário (Quadro 14), há uma visível melhoria na medida em que pode-se observar a expansão da rede de esgoto sanitário. Entretanto, a situação apresentada pelo município está aquém da desejada, pois como se observa, das unidades atendidas com abastecimento de água, (Quadro 13), pouco mais de 50% contam com o serviço de atendimento da rede de esgoto sanitário.

QUADRO 14 – ATENDIMENTO DE ESGOTO DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996 E 2006.

<b>Classe</b>	<b>1996</b>	<b>2006</b>
Residencial	310	366
Industrial	0	0
Comercial	15	27
Poder público	16	22
<b>Total</b>	<b>341</b>	<b>414</b>

Fonte: Sanepar (2006).

Os dados apresentados no Quadro 15 mostram que o serviço de coleta de lixo é precário no município de Corumbataí do Sul. De fato, dos 1302 domicílios existentes em 2000, apenas 44,3% eram coletados pelo serviço de limpeza, o que significa que mais da metade dos domicílios não é contemplado com este importante serviço, e 42,5% deles queimavam o lixo produzido. Segundo informações da

Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul<sup>5</sup>, está em fase de conclusão o aterro municipal, uma empresa de reciclagem já se encontra instalada para a realização da coleta seletiva<sup>6</sup>.

QUADRO 15 – DESTINO DO LIXO DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 2000.

<b>DESTINO</b>	<b>Nº. DOMICÍLIOS</b>
Coletado por serviço de limpeza	578
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	4
Queimado	554
Enterrado	19
Jogado em terreno baldio ou logradouro	138
Jogado em rio, lago ou mar	3
Outro destino	6
<b>TOTAL de DOMICÍLIOS</b>	<b>1.302</b>

Fonte: IBGE/2000

Quanto aos indicadores da área de saúde, o município possui apenas um posto de saúde instalado, o que significa que não há leito hospitalar para internação. Os habitantes que necessitam desse tipo de atendimento são transportados para os municípios de Barbosa Ferraz ou de Campo Mourão.

O município de Corumbataí do Sul<sup>7</sup> conta com vinte e dois profissionais de saúde, sendo oito médicos (0,61 por 1000 habitantes), cinco dentistas (0,9 por mil habitantes) e nove profissionais de enfermagem (0,8 por mil habitantes). Segundo a Secretária Estadual de Saúde<sup>8</sup>, a média nacional e estadual é a seguinte: 1,34 médicos por 1000 habitantes no Brasil e 1,15 no Paraná; 0,64 dentistas por 1000 habitantes no Brasil e 0,71 no Paraná; e 0,45 enfermeiro por 1000 habitantes no Brasil e 0,71 no Paraná. Nesse sentido, pode-se deduzir que Corumbataí do Sul está abaixo da média brasileira e paranaense no que tange ao número de médicos e acima das duas médias em relação ao número de dentistas e enfermeiros.

<sup>5</sup> Informação fornecida pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Corumbataí do Sul, em entrevista informal, com o Secretário Sr. Paulo de Oliveira Marques.

<sup>6</sup> Idem

<sup>7</sup> Idem

<sup>8</sup> Informações fornecidas pela Regional de Saúde de Campo Mourão, em entrevista informal com a Sra. Rosimar Pelliser.



Torna-se importante discutir uma outra dimensão essencial na confecção do perfil socioeconômico do Município de Corumbataí do Sul: a dimensão econômica. Neste sentido, este município apresentava, em 1996, um PIB per capita no valor de US\$ 664,87, o qual passou, em 2005, para o patamar de US\$ 3.507,02. Pode-se observar no Quadro 16 que houve o crescimento do PIB per capita tanto do Estado do Paraná quanto do referido município, sendo que o crescimento deste último foi mais acentuado.

QUADRO 16 – PRODUTO INTERNO BRUTO E PERCAPITA DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1995 E 2005.

Variáveis	1995		2005	
	Corumbataí do Sul	Paraná	Corumbataí do Sul	Paraná
PIB/US\$ <sup>9</sup>	3.982.592,59	22.936.184.553,53	13.304.707,20	439.851.580,07
PIB <i>per capita</i> /US\$ <sup>10</sup>	664,87	2.546,77	3.507,02	5.016,37

Fonte: IBGE/Governo do Estado (1996/1997) - IPARDES/2005.

O município de Corumbataí do Sul possui aproximadamente 666 propriedades rurais, que são ocupadas com as atividades de agricultura e pecuária. Como se pode observar no Quadro 17, há uma predominância da pequena propriedade rural, que responde por 52,56% do total geral. Cabe aqui salientar que mais de 95% das propriedades neste município são menores do que 100 hectares.

QUADRO 17 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL, 1996.

Grupo de áreas	Qtde	%
Menos de 10 ha	350	52,56
De 10 a menos de 100 ha	289	43,39
De 100 a menos de 200 ha	17	2,55
De 200 a menos de 500 ha	9	1,35
De 500 a menos de 2000 ha	0	0
Mais de 2000 ha	1	0,15
<b>TOTAL</b>	<b>666</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário/1996 IPARDES/2006

<sup>9</sup> Valores expressos segundo cotação da moeda americana em 29/12/2006, conforme conversão do Bacen Disponível em: <http://www5bcb.gov.br/pec/conversao/conversao.asp?id:convmoeda>

<sup>10</sup> Idem.

Uma outra característica importante do município é a agricultura familiar, que responde por 55,86% do total das propriedades, conforme o Quadro abaixo. De fato, são 372 propriedades ocupadas e gerenciadas pelos próprios proprietários.

QUADRO 18 – ESTABELECIMENTOS RECENSEADOS POR CONDIÇÃO DO PRODUTOR, 1996.

Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante	
ESTABELECIMENTOS	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)
372	13.847	25	373	203	1.971	66	1.318
55,86		3,75		30,48		9,91	

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário/1996 IPARDES/2007

O quadro 19 apresenta os diversos tipos de receitas do município de Corumbataí do Sul. A lista das receitas correntes deste município demonstra que, com exceção das receitas provenientes da agropecuária e de contribuições, a grande maioria delas sofreu um significativo aumento, sendo os mais expressivos aquelas referentes aos serviços, às transferências correntes e à parte tributária. Esta última, de fato, apresenta um acréscimo superior a 200%.

QUADRO 19 – RECEITAS CORRENTES DO MUNICÍPIO DE CORUMABATAÍ DO SUL SEGUNDO AS CATEGORIAS EM R\$, 2001 E 2006.

Discriminação/Ano	2001	2006
Receita agropecuária	7.213,60	4.046,65
Receita de contribuições	90.638,92	66.300,00
Receita de serviços	0,00	31.760,64
Receita patrimonial	9.733,35	11.707,10
Receita tributária	62.023,12	177.447,56
Receita de transf. correntes	2.807.968,73	4.869.775,00
Outras receitas correntes	29.769,87	37.162,14
TOTAL	3.007.347,59	5.198.199,09

Fonte: Prefeitura Municipal de Corumbataí do Sul (2007).

Em relação à utilização das terras no município de Corumbataí do Sul, pode-se verificar que a maior parte da área, com 11.600 ha, é destinada à atividade pecuária. Uma explicação plausível para este fenômeno é o fato do município ter um relevo bastante acidentado, o que dificulta a mecanização da agricultura em grande

escala. Neste sentido, apenas 22% do total da área municipal são utilizadas para culturas permanentes e temporárias (ver Quadro 20).

QUADRO 20 – UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996.

Destinação	Área em hectares
Permanentes e temporárias	3.892
Pastagens naturais e artificiais	11.620
Matas naturais e plantadas	1.285
Lavouras em descanso e produtivas não utilizadas	268
<b>TOTAL</b>	<b>17.065</b>

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1995-1996

Como se pode observar no quadro 21, até o ano de 1996 a cultura permanente predominante era o café, que possuía no período analisado um total de 2.159 hectares de área ocupada. Em 2006, a área plantada com essa cultura caiu para 2.100 ha. devido ao surgimento de outras culturas permanentes, como a fruticultura, com destaque para o maracujá e a laranja.

QUADRO 21 – PRODUTO E ÁREA COLHIDA LAVOURAS PERMANENTES MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996-2006.

PRODUTO	(em ha)					
	ÁREA (HA) COLHIDA		QTDE (TON) PRODUZIDA		REND. MÉDIO KG (HÁ)	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Café	2.159	2.100	1.700	565	0	269
Caqui	0	1	0	8	0	8.000
Laranja	0	40	0	800	0	20.000
Manga	1	0	5	0	5.000	0
Maracujá	0	90	0	1.800	0	20.000
Uva	1	2	18	8	18.000	4.000

Fonte: IPARDES/1996-2006

As lavouras temporárias no município sofreram significativas mudanças em relação ao tipo de cultura no período 1996-2006. A redução das culturas de algodão herbáceo e milho podem ser justificadas pelo baixo preço de mercado desses produtos. Quanto às culturas de arroz, feijão e soja, o aumento foi significativo (ver Quadro 22).

QUADRO 22 – PRODUTO E ÁREA COLHIDA LAVOURAS TEMPORÁRIAS MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1996-2006.

(em ha.)

PRODUTO	ÁREA (HA) COLHIDA		QTDE (TON) PRODUZIDA		REND. MÉDIO KG (HA)	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006
Algodão Herbáceo	300	70	390	87	1.300	1.243
Arroz	90	165	135	82	1.500	
Aveia	50	90	35	108	700	1.200
Cana-de-Açúcar	0	10	0	600	0	60.000
Feijão	500	350	450	231	900	660
Mandioca	50	300	900	4.500	18.000	15.000
Milho	2.150	1.400	11.000	7.800	5.116	5.571
Soja	850	1.600	2.295	3.200	2.700	2.000
Trigo	400	400	760	800	1.900	2.000

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura/1997-2007

Um aspecto importante de ser levado em consideração dentro da dimensão econômica, são os setores secundário e terciário. Neste sentido, existem no município de Corumbataí do Sul seis indústrias empregando um total de 15 funcionários, sendo o setor predominante o de confecção (ver Quadro 23). A média de 2,5 empregados por empresa qualifica as indústrias como micro e pequenas. O baixo número de empresas nesse setor evidencia um dos principais problemas enfrentados pelos pequenos municípios: a falta de infra-estrutura para atrair as indústrias para a localidade. Existe, de fato, uma tremenda dificuldade não só na capacidade de se oferecer incentivos fiscais, que é uma das possibilidades na atração de empresas, mas também no escoamento da produção, principalmente em função desses municípios, como é o caso de Corumbataí do Sul, estarem distantes dos grandes centros consumidores.

Corumbataí do Sul conta com 43 empresas comerciais que oferecem 43 empregos formais. Nesse setor predomina as atividades de comércio varejista, bares e lanchonetes, oficinas e farmácias (ver Quadro 23). O comércio do município é bastante incipiente quando analisado em termos de diversificação de produtos o que pode ser considerado um reflexo do poder aquisitivo da população local, que adquire nesse mercado produtos de consumo básico.

O setor de serviços, composto por 25 empresas, conforme quadro 23 é o principal gerador de empregos no município (ver Quadro 23) seguindo a tendência

mundial que é a predominância do setor de serviços na geração de novos empregos. Os dados expostos no Quadro 23 tornam evidentes a predominância no município de micro e pequenas empresas e de que a principal força geradora de empregos é o setor de serviços.

QUADRO 23 – COMPOSIÇÃO DO SETOR SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 2000

<b>Atividade</b>	<b>Empresas</b>	<b>%</b>	<b>Funcionários</b>	<b>%</b>
Indústria	6	8,11	15	4,56
Comércio	43	58,11	43	13,07
Serviços	25	33,78	271	82,37
<b>Formal</b>				
Formal	52	70,27	316	96,05
<b>Informal</b>				
Informal	22	29,73	13	3,95
<b>Pública</b>				
Pública	20	35,71	270	82,07
<b>Privada</b>				
Privada	36	64,29	59	17,93
<b>Micro</b>				
Micro	69	93,24	92	27,96
<b>Pequena</b>				
Pequena	4	5,41	104	31,61
<b>Média</b>				
Média	1	1,35	133	40,43
<b>Grande</b>				
Grande	0		0	
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>100,0</b>	<b>329</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE/2000.

De acordo com a SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO (2007), a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM) é uma das dezessete Regiões político/administrativas do Estado do Paraná. A economia da Região tem na agricultura, sua principal fonte de renda, com destaque para o cultivo de soja e trigo. Com exceção, dos municípios de Campo Mourão e Araruna, que apresentam algum destaque industrial, os demais 23 municípios têm no comércio/serviços o principal setor de geração de empregos.

Após uma caracterização econômica do município de Corumbataí do Sul, torna-se importante discutir a dimensão social deste município. Neste sentido, a indigência e a pobreza são elementos essenciais desta discussão.

A metodologia utilizada para o cálculo da taxa de indigentes considera a proporção de indivíduos residentes no município que auferem renda domiciliar per

capita inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo nacional. Desta forma, o Quadro 24 mostra claramente que houve um decréscimo na taxa de indigentes no período entre 1991 e 2000. A intensidade da indigência considerada, medida em termos percentuais que separa a renda familiar per capita média dos indivíduos indigentes do valor da linha de pobreza, reduziu-se em 4,68%, índice que significa o percentual de indivíduos que não estão mais em situação de miserabilidade.

O índice relativo ao percentual de pobres, proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita inferior a  $\frac{1}{2}$  salário mínimo nacional, diminuiu significativamente na análise dos dois períodos, sendo que de 81,64% em 1991 caiu para 52,58% em 2000, uma redução de 29,06%. O percentual de intensidade de pobreza também apresenta uma redução de 9,07% quando analisados os dois períodos.

QUADRO 24 – ÍNDICADORES DE POBREZA DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1991 E 2000.

<b>Discriminação/Ano</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>
<b>% de indigentes</b>	<b>54,95</b>	<b>24,87</b>
% intensidade da indigência	49,38	44,70
% de pobres	81,64	52,58
% intensidade de pobreza	57,67	48,60%

Fonte: PNUD/2003.

O cálculo da renda proveniente de transferências governamentais, conforme o Quadro 25 considera o percentual das rendas provenientes de aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio, como renda mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego, entre outros, na renda total do município. Na análise entre os dois períodos houve um aumento de 9,56%. O percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho, que equivale à participação percentual das rendas provenientes do trabalho (principal e outros) na renda total do município, sofreu um decréscimo de 24,28% no período de 1991 a 2000. Uma das causas prováveis é o aumento de aposentadorias e do emprego informal. Na realidade, o percentual de pessoas com mais de 50% da renda proveniente de transferências governamentais, que é o percentual de pessoas cuja renda familiar per capita provém, em mais de metade de seu valor total, de rendimentos de aposentadoria, pensão e programas

oficiais de auxílio, aumentou de 4,21% em 1991 para 15,22% em 2000, significando um aumento total de 11,01%.

QUADRO 25 – ÍNDICADORES DA FONTE DE RENDA DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, 1991 E 2000.

<b>Discriminação/Ano</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>
% da renda proveniente de transferências governamentais	6,27	15,83
% da renda proveniente dos rendimentos do trabalho	88,82	64,54
% de pessoas com mais de 50% da renda proveniente de transferências governamentais	4,21	15,22

Fonte: PNUD, 2003.

A desigualdade de renda também é um indicador importante na composição do perfil socioeconômico de uma região. No caso do município de Corumbataí do Sul, houve uma melhora na desigualdade de renda deste município na medida em que ela passou de 0,58 em 1991 para 0,52 em 2000 (PNUD, 2003).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Corumbataí do Sul e as suas três dimensões estão representados no Quadro abaixo. Pode-se constatar que o IDH-M cresceu 16,90%, ou seja, houve uma sensível melhora na medida em que ele passou de 0,58 em 1991 para 0,678 em 2000, o que faz com que o referido município seja classificado, de acordo com o PNUD (2003), de médio desenvolvimento humano. Um outro aspecto importante de se notar é que as três dimensões, educação, longevidade e renda, também apresentaram melhorias no período de 1991 a 2000, sendo que a Educação, com 39,5%, foi a que mais contribuiu para o crescimento do IDH-M, seguida pela Renda, com 32,4%, e pela Longevidade com 28%.

Torna-se importante sublinhar que o fato da dimensão Educação ter sido a principal responsável pelo crescimento do IDH-M é consonante com os dados que foram apresentados na parte inicial deste capítulo. O visível progresso desta dimensão está intrinsecamente relacionado aos esforços do município de Corumbataí do Sul em buscar uma melhor qualidade de vida para a municipalidade, embora deva ser ressaltado aqui que o referido município está bem longe de ter uma situação confortável ou mesmo ideal. Isso pode ser verificado tanto no âmbito nacional, uma vez que ele ocupa 3325<sup>a</sup> posição em relação a todos os municípios

brasileiros, o que significa que 60,4% (3324) municípios estão em situação melhor e 39,6% (2182) municípios estão numa situação pior ou igual, quanto no estadual, em que a sua posição é ruim na medida em que ocupa a 377ª posição no ranking, sendo que 94,2% (376) municípios estão numa posição superior ao passo que apenas 5,8% (22) municípios encontram-se num patamar pior ou mesmo igual que o seu.

QUADRO 26 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL E SUAS TRÊS DIMENSÕES DO MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL , 1991 E 2000.

<b>Discriminação/Ano</b>	<b>19901</b>	<b>2000</b>
<b>IDH-M</b>	<b>0,580</b>	<b>0,678</b>
IDHM-Educação	0,658	0,775
IDHM-Longevidade	0,611	0,694
IDHM-Renda	0,470	0,566

Fonte: PNUD/2003.

Com o objetivo de completar a radiografia socioeconômica do município de Corumbataí do Sul, torna-se importante situar o desempenho deste município dentro da microrregião da COMCAM (Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão), que congrega 25 municípios. Neste sentido, o Quadro 27 mostra a intensidade da pobreza nesta microrregião e os dados apresentados mostram que Corumbataí do Sul ocupa, com 47,1, a 4ª posição, ficando atrás dos seguintes municípios: Altamira do Paraná com 52,04; Roncador, com 48,47; e Nova Cantu, com 47,93.



QUADRO 27 – INTENSIDADE DA POBREZA MUNICÍPIOS DA COMCAM, 2000.

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	Intensidade da Pobreza 2000
01º	Altamira Do Paraná	52,04
02º	Roncador	48,47
03º	Nova Cantu	47,93
04º	Corumbataí Do Sul	47,21
05º	Quinta Do Sol	46,96
06º	Mamborê	45,63
07º	Iretama	45,26
08º	Campina Da Lagoa	45,22
09º	Janiópolis	45,06
10º	Boa Esperança	44,92
11º	Farol	44,47
12º	Quarto Centenário	43,72
13º	Juranda	43,01
14º	Luiziana	42,40
15º	Goioerê	42,33
16º	Barbosa Ferraz	41,91
17º	Peabiru	40,86
18º	Ubiratã	40,76
19º	Rancho Alegre D'oeste	40,74
20º	Fênix	40,38
21º	Campo Mourão	39,92
22º	Moreira Sales	38,50
23º	Araruna	36,23
24º	Engenheiro Beltrão	35,45
25º	Terra Boa	31,61

Fonte: PNUD, 2003.

Em relação ao IDH-M, Corumbataí do Sul ocupa a 22ª posição dentre os municípios da COMCAM, o que significa dizer que o referido município está numa situação bastante ruim na medida em que tão somente três municípios apresentam um desenvolvimento humano inferior ao seu sendo eles: Altamira do Paraná, Juranda e Janiópolis (ver Quadro 28). Esta situação ruim é plenamente comprovada pelos dados do PNUD (2003), que situam Corumbataí do Sul na 377ª posição do ranking estadual, ficando ele atrás apenas de 22 municípios do Paraná, conforme foi salientado acima.

QUADRO 28 – IDH-M DOS MUNICÍPIOS DA COMCAM, 2000

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	IDM-M 2000
01º	Campo Mourão	0,774
02º	Goioerê	0,774
03º	Engenheiro Beltrão	0,762
04º	Mamborê	0,745
05º	Terra Boa	0,744
06º	Fênix	0,736
07º	Peabiru	0,736
08º	Ubiratã	0,734
09º	Araruna	0,732
10º	Boa Esperança	0,722
11º	Quinta Do Sol	0,712
12º	Campina Da Lagoa	0,710
13º	Luiziana	0,704
14º	Moreira Sales	0,703
15º	Farol	0,701
16º	Roncador	0,701
17º	Barbosa Ferraz	0,700
18º	Quarto Centenário	0,700
19º	Iretama	0,699
20º	Rancho Alegre D'oeste	0,699
21º	Nova Cantu	0,698
22º	Corumbataí Do Sul	0,678
23º	Altamira Do Paraná	0,677
24º	Juranda	0,652
25º	Janiópolis	0,597

Fonte: PNUD, 2003.

No que tange ao aspecto da desigualdade de renda, o município de Corumbataí do Sul está numa situação muito melhor: ele ocupa a 3ª posição com 0,52, ficando atrás dos municípios de Rancho Alegre do Oeste e Terra Boa. Consequentemente, existem 21 municípios com uma desigualdade de renda mais acentuada e um município, o de Araruna, que apresenta o mesmo patamar (ver Quadro 29).

QUADRO 29 – ÍNDICE DE GINI DOS MUNICÍPIOS DA COMCAM, 2000

CLASSIFICAÇÃO	MUNICÍPIO	ÍNDICE DE GINI 2000
01º	Nova Cantu	0,63
02º	Altamira Do Paraná	0,62
03º	Campina Da Lagoa	0,62
04º	Iretama	0,62
05º	Barbosa Ferraz	0,60
06º	Farol	0,60
07º	Engenheiro Beltrão	0,59
08º	Juranda	0,59
09º	Roncador	0,59
10º	Goioerê	0,58
11º	Mamborê	0,58
12º	Campo Mourão	0,57
13º	Quinta Do Sol	0,56
14º	Luiziana	0,55
15º	Moreira Sales	0,55
16º	Peabiru	0,55
17º	Ubiratã	0,55
18º	Boa Esperança	0,54
19º	Fênix	0,54
20º	Janiópolis	0,54
21º	Quarto Centenário	0,54
22º	Araruna	0,52
23º	Corumbataí Do Sul	0,52
24º	Rancho Alegre D'oeste	0,51
25º	Terra Boa	0,47

Fonte: PNUD, 2003.

O quadro 30 apresenta o nível de renda per capita dos municípios da COMCAM. De acordo com estes dados, pode-se observar que Corumbataí do Sul tem o pior desempenho de todos, uma vez que ele ocupa a última posição do ranking, ou seja, o 25ª lugar. Este dado mostra o quão delicada é, em termos econômicos, a situação deste município, uma vez que a microrregião que ele está inserido é bem pobre.

QUADRO 30 – RENDA PER CAPITA MUNICIPIOS DA COMCAM, 2000.

CLASSIFICAÇÃO	MUNICIPIO	Renda per Capita 2000
01º	Campo Mourão	283,08
02º	Engenheiro Beltrão	258,82
03º	Goioerê	227,61
04º	Peabiru	198,81
05º	Terra Boa	196,79
06º	Juranda	193,71
07º	Araruna	188,29
08º	Campina Da Lagoa	188,27
09º	Ubiratã	187,83
10º	Boa Esperança	181,61
11º	Mamborê	178,05
12º	Moreira Sales	174,92
13º	Fênix	173,32
14º	Quinta Do Sol	162,58
15º	Farol	160,71
16º	Iretama	159,61
17º	Barbosa Ferraz	158,50
18º	Nova Cantu	154,02
19º	Rancho Alegre D'oeste	153,62
20º	Quarto Centenário	148,99
21º	Luiziana	148,15
22º	Roncador	143,17
23º	Janiópolis	139,87
24º	Altamira do Paraná	122,75
25º	Corumbataí Do Sul	116,09

Fonte: PNUD, 2003.

Quanto ao número de empregos formais dos municípios, pode-se notar pelo Quadro 31 que o município de Corumbataí do Sul ocupa a 22ª posição dentro da COMCAM. Esta posição, que não há dúvida de que é ruim, está condizente com a falta de dinamismo econômico da municipalidade.

QUADRO 31 - NUMERO DE EMPREGOS NA REGIÃO DA COMCAM, 2000

CLASSIFICAÇÃO	MUNICIPIO	Número de Empregos 2000
01º	Campo Mourão	15.894
02º	Goioerê	5.388
03º	Engenheiro Beltrão	3.670
04º	Terra Boa	2.615
05º	Ubiratã	2.399
06º	Araruna	2.001
07º	Moreira Sales	1.876
08º	Mamborê	1.601
09º	Peabiru	1.334
10º	Campina Da Lagoa	1.332
11º	Roncador	1.028
12º	Iretama	1.020
13º	Barbosa Ferraz	924
14º	Luiziana	914
15º	Juranda	687
16º	Quinta Do Sol	578
17º	Boa Esperança	530
18º	Janiópolis	498
19º	Quarto Centenário	495
20º	Fênix	451
21º	Nova Cantu	443
22º	Corumbataí Do Sul	350
23º	Farol	347
24º	Altamira Do Paraná	280
25º	Rancho Alegre D'oeste	252

Fonte. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO /CAGED ACUMULADO/2006

## 2.2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo objetivou traçar uma radiografia socioeconômica do município de Corumbataí do Sul. Para tanto, foram utilizados os dados disponíveis e sempre com a preocupação de situá-lo perante as realidades do Paraná e da microrregião da COMCAM, na qual ele está inserido.

Corumbataí do Sul ainda apresenta um quadro bastante delicado, tanto em termos nacional quanto estadual, e o seu IDH-M reflete bem a sua situação. De fato, ele está classificado como sendo de médio desenvolvimento humano, o que significa que ele ocupa o 3325º lugar em relação a todos os municípios brasileiros, ou seja,

existem 3324 municípios (60,4%) em situação melhor e 2182 municípios (39,6%) numa situação pior ou igual. Quando a comparação é feita no Estado do Paraná, a sua situação não melhora. Muito pelo contrário. Ela é bastante ruim, uma vez que ele ocupa o 377º lugar no ranking estadual, posto esse que o coloca atrás de 376 municípios (94,2%) e acima de tão somente 22 (5,8%) municípios.

Entretanto, é notória as melhorias alcançadas em todas as dimensões ao longo do tempo. Isso significa que não existe situação irremediável e que novas alternativas devem ser concebidas e implementadas para que Corumbataí do Sul possa atingir um patamar de desenvolvimento humano mais elevado. No próximo capítulo, o objeto de estudo é a APROCOR, que poderá vir a se constituir numa alternativa para o desenvolvimento daquele município.

### **3 ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE CORUMBATAÍ DO SUL**

No capítulo anterior, foi apresentado o perfil socioeconômico do município de Corumbataí do Sul. A confecção dessa radiografia deixou muito claro que, apesar das melhorias alcançadas, e comprovados por vários indicadores, o município se caracteriza por ter consideráveis carências em todas as dimensões, sendo preciso esforços contínuos para que a realidade, ainda hostil, possa ser transformada.

O presente capítulo tem por objetivo analisar a APROCOR (Associação de Produtores Rurais de Corumbataí do Sul), que pode, pelas suas próprias características e, principalmente, pela natureza do associativismo, dar contribuições significativas para o desenvolvimento local.

#### **3.1 HISTÓRIA: CONDIÇÕES INICIAIS, EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL<sup>11</sup>.**

Com o objetivo de unir os produtores de café visando, melhor preço quando da comercialização do produto, foi fundada no ano de 1992, com o nome de AMACOR (Associação dos Moradores e Agricultores de Corumbataí do Sul), ficando cinco anos sem movimento. Em novembro de 1997 foi realizada a reestruturação do Estatuto e a Razão Social foi alterada para Associação de Produtores de Corumbataí do Sul com a sigla APROCOR, com exceção, de alguns poucos membros da diretoria, que realizavam algumas comercializações em nome da associação, não se tinha nenhuma outra ação envolvendo os demais pequenos agricultores do município.

A cultura do café em Corumbataí do Sul até então havia sido a atividade de maior importância econômica, mas com a crise internacional envolvendo a cultura, chuvas de granizo e geadas reduziu-se drasticamente as produções nos anos de 1997-1999. Como se constata a origem da formação da APROCOR surgiu com intuito de superar as dificuldades provenientes da produção e comercialização do café.

---

<sup>11</sup> Informações coletadas através de entrevista informal com o Presidente da APROCOR, Sr. Gerson Rodrigues da Cruz

Assim, no ano de 1999, por meio de convênio firmado entre a Emater-Pr e a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho (SERT-PR) com a utilização de recursos do FAT (Fundo de Amparo do Trabalhador), foram promovidos os cursos de Gestão Empresarial módulos I-II-III, com o intuito de qualificar o produtor deixando-o mais apto dentro e fora da propriedade, “intra e pós porteira”, esclarecer o que é o associativismo, e como essa forma de organização contribuiria para melhorar a capacitação e os conhecimentos em tecnologia de produção, gerencial e de mercado e, assim melhorar a renda familiar. A partir de então, novos caminhos foram abertos, como: visitas a outras associações e a Bolsa de Mercadorias de Londrina, passando o produtor a acompanhar de perto a comercialização de sua produção, além de adquirir conhecimentos sobre a bebida, tipo e peneira do seu café.

O café que até então era vendido na medida quilo/ renda, uma vez que os produtores não possuíam informação de mercado, e toda a produção era comercializada por meio de intermediários, passou à partir de março de 1999 a ser comercializado diretamente na Bolsa de Mercadorias de Londrina, e em outros canais de comercialização sem a interferência de intermediários e, dessa forma, com o valor por saca mais elevado.

Em razão das dificuldades envolvendo a cultura do café, havia a necessidade eminente de se buscar alternativas de utilização das terras e geração de renda. Esta busca culminou com a instalação da cultura do maracujá azedo (*Passiflora edulis f. flavicarpa*), no início do ano de 2001, a qual adaptou-se muito bem à condição climática da região. Os motivos da implantação da cultura do maracujá no município de Corumbataí do Sul estão relacionados com as características geográficas local e a potencialidade econômica dos agricultores de pequenas propriedades, sendo as causas principais:

- a) Diversificação da pequena propriedade;
- f) Baixo investimento inicial;
- g) Disponibilidade de mão-de-obra familiar;
- h) Rápido retorno de investimento.

Além das causas enumeradas, considerou-se a formação de uma renda programada, e o aumento desta com a diversificação de culturas.



A cultura do maracujá ocupou também considerável quantidade de terras, que eram, até então, destinadas à pecuária em razão da característica geográfica do município. De fato, por este apresentar grande incidência de relevo acidentado, e como o cultivo do maracujá é feito através de estacas de madeira ou concreto, essas podem ser afixadas em qualquer tipo de terreno.

No início, o grupo apresentou dificuldades em adaptar-se a forma de trabalho associativa, que exige vivência em grupo, credibilidade na forma de organização e aceitação das decisões das Assembléias Gerais como soberanas. Estas dificuldades fizeram com que grande número de associados se desligassem e os agricultores, que antes apresentavam interesse em se associar, desistissem.

O pequeno grupo de 14 associados que permaneceu associado, trabalhou arduamente no sentido de conscientizar e demonstrar aos demais agricultores as vantagens em se trabalhar no sistema associativo. Com o passar do tempo, os ganhos financeiros com a venda do maracujá começaram a incrementar a renda dos membros que permaneceram associados e os demais agricultores do município puderam identificar os pontos fortes da associação, tais como: o aprendizado do convívio em grupo, as vantagens da comercialização em grupo, que em razão da maior quantidade consegue melhor preço no mercado, a eliminação dos atravessadores, a compra de insumos em conjunto que em razão da quantidade maior consegue-se melhores descontos, e facilidade em se encontrar soluções para os problemas comuns.

A perseverança desse pequeno grupo foi a etapa inicial do desenvolvimento dessa associação, que tem como força principal os laços cooperativos para a superação das adversidades. Assim, o trabalho empreendido acabou por gerar bons resultados, como se pode observar no quadro abaixo, que mostra claramente que em apenas seis anos de existência o número de associados aumentou em mais de doze vezes, o que é bastante significativo na medida em que revela os bons resultados gerados por esta associação de produtores rurais.

QUADRO 32 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ASSOCIADOS DA APROCOR, 2000 A 2007.

ANO	NÚMERO DE ASSOCIADOS
2000	14
2001	14
2002	68
2003	93
2004	103
2006	178

Fonte: APROCOR, 2007.

É necessário esclarecer que o trabalho de conscientização dos agricultores do município é contínuo, sendo solicitado a cada novo associado esforço no sentido de trazer um novo membro para a Associação, pois somente assim a Diretoria acredita ser possível a concretização da missão da APROCOR, que de acordo com o ESTATUTO SOCIAL (1997, p. 12) , consiste em “promover o desenvolvimento rural, melhorar a renda, o relacionamento entre o agricultor e a terra, e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida dos seus associados”.

A APROCOR possui sede própria situada à Rua Guarani, n. 112, centro, e conta com dois funcionários remunerados com recursos da própria Associação. Ela possui como bens tangíveis, além de móveis de escritório e equipamentos de informática, uma máquina de beneficiamento de café montada em um caminhão, que também pertence à Associação.

### 3.1.1 Estrutura da APROCOR<sup>12</sup>

A Associação dos Produtores de Corumbataí do Sul, por ser uma entidade associativa, não possui fins lucrativos e está amparada legalmente pelo artigo 5º da Constituição Federal do Brasil, e está devidamente legalizada perante os órgãos oficiais. É regida por Estatuto e Regimento Interno, e as decisões são tomadas na Assembléia Geral, por meio de votos de seus associados.

<sup>12</sup> Informações coletadas através de entrevista informal com o Presidente da APROCOR, Sr. Gerson Rodrigues da Cruz

### **Assembléia Geral Ordinária<sup>13</sup>**

Todas as deliberações inerentes a Associação, de acordo com o ESTATUTO SOCIAL (1997), são apreciadas e votadas na Assembléia Geral, na qual prevalece a paridade do valor do voto, ou seja, um associado tem direito a um voto, independente do valor financeiro ou do montante que o mesmo comercializa através da Associação. A Assembléia Geral, normalmente tem como pauta os seguintes assuntos:

- i) Leitura do Edital de Convocação;
- j) Relatório de Gestão;
- k) Balanço Geral;
- l) Demonstrativo de Resultados;
- m) Parecer do Conselho Fiscal;
- n) Plano de Trabalho e Orçamento;
- o) Destinação do Resultado do Exercício.

A participação dos associados é significativa, girando em torno de 95% do total de 178 associados. Vale lembrar que a APROCOR localiza-se no mesmo espaço geográfico de uma grande Cooperativa, que atua especificamente na comercialização de grãos, não desenvolvendo no município de Corumbataí do Sul nenhuma ação voltada à diversificação de culturas, principalmente a fruticultura. Dessa forma, a criação da APROCOR veio ao encontro de uma necessidade dos micros e pequenos agricultores, que em função da geografia do município e da pouca quantidade de terra encontravam grandes dificuldades no cultivo de grãos, o que fazia com que os ganhos obtidos fossem insuficientes para sua manutenção e subsistência no meio rural.

#### **3.1.2 Atuação da APROCOR<sup>14</sup>**

---

<sup>13</sup> Informações coletadas através de entrevista informal com o Presidente da APROCOR, Sr. Gerson Rodrigues da Cruz

<sup>14</sup> Informações coletadas através de entrevista informal com o Presidente da APROCOR, Sr. Gerson Rodrigues da Cruz

A atuação da APROCOR junto aos associados está pautada nas seguintes ações: apoio à comercialização e diversificação de frutas; promoção de cursos de capacitação aos produtores através de parcerias com as entidades SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), SERT (Secretaria de Estado do Emprego e Relações de Trabalho), FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná) e EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural); capacitar os produtores e trabalhadores na produção de maracujá e demais frutas; incentivar o associativismo e cooperativismo; apoiar o desenvolvimento rural da região e contribuir para o aumento da renda e melhoria da qualidade de vida do produtor rural; informar a cotação do mercado de café e frutas; apoiar o benefício e a comercialização de café; e apoiar a compra em conjunto de insumos. Enfim, ela procura disponibilizar aos seus membros serviços que visem facilitar e melhorar as condições de produção e comercialização de suas culturas.

Torna-se importante salientar uma outra atuação relevante da APROCOR, que é a de ajudar aos micro e pequenos agricultores a superarem algumas adversidades, tais como: pouco volume de produção, dificuldade de acesso ao crédito e acompanhamento técnico das culturas.

Nesse sentido, a atuação da Associação se reflete em uma estratégia capaz de contornar tais problemas, pois a união dos vários produtores resulta numa produção significativa, conseguindo melhor preço de mercado; o apoio técnico é viabilizado pela Associação com a contratação de técnicos na área agrícola quando prestam atendimentos *in loco*, sendo remunerados por hora. Essa contratação é necessária não só quando as plantações são infectadas por pragas, mas também na orientação sobre a melhor forma de plantio e demais informações pertinentes às culturas; em relação ao acesso ao crédito, os membros da Diretoria da Associação viabilizaram junto ao Banco do Brasil do município de Barbosa Ferraz o deslocamento, duas vezes por semana, de um funcionário do Banco nos períodos de safras, evitando assim o deslocamento do associado até o município vizinho. Entretanto, os associados não contam com programas de créditos especiais, pois estão sujeitos às normas adotadas pela instituição financeira.

### 3.1.3 Forma de Trabalho da APROCOR

A colheita do café é de responsabilidade do proprietário da terra. Após esta, forma-se um mutirão dos associados da APROCOR para a realização do beneficiamento do café em coco. O processo é feito em uma máquina de beneficiamento montada em um caminhão, que vai até a propriedade designada e na qual os associados se unem em grupo e fazem o beneficiamento. Quando o trabalho é concluído, os associados realizam o mesmo processo em outra propriedade. Cabe aqui ressaltar que o beneficiamento do café agrega em torno de 20% ao seu valor quando comparado à comercialização do café em coco.

Um aspecto importante de ser sublinhado é que a atuação da Associação no que tange a cultura do café é restrita ao seu beneficiamento e à informação do seu preço de mercado. A comercialização é realizada pelo próprio produtor, que opta pela melhor oferta de preço para a venda de sua produção.

Em relação às frutas, a colheita é de responsabilidade de cada agricultor. O recebimento, seleção, controle, embalagem e carregamento das frutas são realizados em forma de escala, ou seja, os agricultores se organizam, se revezam na sede da Associação e realizam o processo acima descrito, enquanto os demais associados permanecem em suas plantações realizando a colheita. De acordo com a escala da Associação, cada agricultor presta serviços de duas a três vezes por mês, por um período de oito horas. No ato da entrega é preenchido um formulário onde o agricultor se identifica e anota a quantidade do produto entregue à Associação.

### 3.1.4 Comercialização da APROCOR

Toda a comercialização das frutas é realizada pela APROCOR. Os compradores passam a esta o montante total do valor dos produtos adquiridos e a Associação repassa para a conta corrente dos associados o valor proporcional aos produtos que individualmente foram entregues, havendo o desconto de 5%, os quais são destinados à manutenção das despesas da Associação. Cada associado contribui com uma mensalidade de R\$ 5,00 que são destinados ao mesmo fim.

A emissão da nota fiscal de venda dos produtos é feita em nome de quatro ou mais agricultores, dependendo da quantidade de produtos entregues, na forma de rodízio, ou seja, na venda subsequente a emissão da nota fiscal é feita em nome de outros associados. Também a Associação comercializa produtos de não-associados, porém destes é feita uma retenção de 6 % do valor total comercializado e não são inclusos nas demais ações da APROCOR.

O maracujá azedo após classificado é comercializado de duas formas: as frutas maiores e com melhor aspecto são vendidas para consumo e aquelas com classificação inferior são vendidas para indústrias de sucos naturais. As frutas destinadas ao consumo são entregues no CEASA de Maringá e redes de Supermercados da região.

Já, a comercialização das frutas para a indústria é feita com as empresas que produzem sucos naturais no Estado do Paraná. A responsabilidade do transporte das frutas fica a cargo dos compradores.

Além do maracujazeiro azedo, outras culturas de frutas foram implantadas no município, tais como: citrus, abacate, caqui e manga, sendo a cultura do maracujá a mais expressiva, tanto em relação à quantidade de terras ocupadas, quanto na quantidade de toneladas produzidas. Segundo dados do Escritório da Emater local,(2006), o município de Corumbataí do Sul é responsável pela produção de 6% do total de maracujá cultivado no Estado do Paraná.

Analisando os quadros 33 e 34 pode-se observar que a cultura do maracujá implantada no município no ano de 2001 era incipiente e sua comercialização era destinada somente à indústria. Com os bons resultados apresentados, além do aumento da quantidade de área produzida, houve também o aumento do número de produtores da cultura nos anos subsequentes.

QUADRO 33 – RELAÇÃO DE ENTREGAS DE MARACUJÁ PARA MERCADO, 2001 A 2006.

ANO	CAIXAS	PREÇO MÉDIO POR CX (R\$)	Valor Líquido (R\$)
2001	0	-	
2002	0	-	
2003	5.149	6,18	31.820,82
2004	7.988	7,22	57.673,36
2005	8.907	10,11	90.049,77
2006	30.000	11,00	330.000,00
	<b>52.044</b>		<b>509.543,95</b>

Fonte: APROCOR, 2007.

QUADRO 34 – RELAÇÃO DE KG DE MARACUJÁ ENTREGUES PARA INDÚSTRIA, 2001 A 2006.

ANO	KG	PREÇO MÉDIO KG (R\$)	VALOR LÍQUIDO (R\$)
2001	3.000	0,41	1.230,00
2002	30.000	0,43	12.900,00
2003	275.007	0,42	115.502,94
2004	613.068	0,37	226.835,16
2005	261.621	0,56	146.507,76
2006	416.724	0,57	237.532,68
	<b>1.599.420</b>		<b>R\$ 740.508,54</b>

Fonte: APROCOR, 2007.

Com o conhecimento e adoção de novas técnicas no cultivo, adquiridas a partir de treinamentos, cursos e palestras ministradas por órgãos como SENAR, FAEP, SERT, SEBRAE e EMATER, com o intuito de capacitar estes agricultores, e por meio de um estudo realizado pela EMBRAPA-PR, selecionou-se a melhor variedade da fruta a ser cultivada no município. Assim, a partir de 2003 o maracujá passou também a ser comercializado no mercado consumidor, o qual agrega maior valor ao produto.

A laranja comercializada é em sua totalidade destinada à indústria, uma vez que a variedade cultivada no município não é própria para o consumo de mesa e, sim, para a extração de suco. A diminuição na produção, que pode ser observada no quadro 35, deve-se a erradicação de vários pés da cultura, infectados pelo cancro cítrico. Em 2006, alguns agricultores do município aumentaram o plantio da fruta

com mudas de enxerto devidamente tratadas. Porém, a colheita dessa nova plantação somente deverá ser realizada no decorrer de três a quatro anos, quando haverá significativo aumento da quantidade produzida e comercializada.

QUADRO 35 – RELAÇÃO DE VENDAS DE LARANJA, 2001 A 2006.

ANO	TONELADAS	Preço Médio/Ton (R\$)	VALOR LÍQUIDO (R\$)
2001	0	--	--
2002	0	--	--
2003	628	150,00	94.200,00
2004	225	140,00	31.500,00
2005	261	143,00	37.323,00
2006	299	143,00	42.757,00
	<b>1.413</b>		<b>205.780,00</b>

Fonte: APROCOR, 2007.

A cultura do abacate é bastante recente no município, sendo a primeira colheita realizada no ano de 2005. Por se tratar de uma cultura perene, ela está tendo boa aceitação pelos associados, que estão expandindo a área plantada, motivo esse da pouca quantidade produzida e comercializada, conforme mostra o Quadro 36.

QUADRO 36 – RELAÇÃO DE VENDAS DE ABACATE, 2001 A 2006.

ANO	CAIXAS	PREÇO MÉDIO KG (R\$)	VALOR LÍQUIDO (R\$)
2001	--	--	--
2002	--	--	--
2003	--	--	--
2004	--	--	--
2005	345	4,65	1.604,00
2006	410	4,65	1.906,00
	<b>755</b>		<b>3.510,00</b>

Fonte: APROCOR, 2007.

No ano de 2006, a APROCOR comercializou 30.000 caixas de maracujá, que foram destinadas ao mercado; 416.724 kg de maracujá destinados à indústria; 299 toneladas de laranja e 410 caixas de abacate. O valor total da comercialização



no referido ano foi de R\$ 612.195,68 conforme se pode constatar nos quadros 33, 34, 35 e 36. Deste valor, pode-se deduzir uma renda mensal média aproximada com a fruticultura de R\$ 300,00 para cada produtor.

Um aspecto relevante de ser ressaltado aqui é o fato da APROCOR ser responsável pela geração de dois empregos diretos. Na época de plantio, polinização e colheita do maracujá, que ocorrem no período de abril a agosto, são contratados em torno de 400 trabalhadores diaristas, ao valor de R\$ 20,00 a diária. De acordo com os associados, é freqüente a realização de contratações nos municípios vizinhos por falta de mão-de-obra disponível no próprio município. Alguns associados, que possuem plantações menores, também trabalham como diarista para os demais associados. Essas contratações de mão-de-obra são direcionadas para as culturas de café e maracujá, uma vez que as demais culturas não demandam um número expressivo de trabalhadores.

Com a realização de ações como a diversificação das culturas e a melhoria na produção, que tem sido obtida através dos cursos e treinamentos promovidos por várias instituições e cuja implementação se deve a iniciativa da própria APROCOR. Estas ações vêm gerando um ambiente propício e dinâmico para os produtores na geração e na propagação de conhecimento e inovações na padronização das embalagens, bem como do rótulo dentro dos padrões da Campanha Paranaense de Rotulagem e Embalagem.

Um outro ponto interessante de ser salientado aqui, está relacionado as mudanças nos conceitos e/ou práticas de marketing. Essas práticas são, na realidade, ações implementadas pelos produtores, que almejam garantir a credibilidade de seus produtos ao separar em caixas diferentes aqueles produtos de qualidade inferior, apresentando manchas ou deformações na aparência, assegurando desta forma um melhor preço para caixas com nível de qualidade superior e mantendo uma boa aparência em seus produtos para agradar os consumidores. Ainda no campo das inovações organizacionais, é visível o fato de que todos os associados implantaram mudanças nas práticas de comercialização, baseando-se fundamentalmente na cooperação entre eles, sendo a cooperação uma ocorrência, até então, isolada.

Em função da introdução de inovações, pode-se verificar que houve um crescimento da produtividade, a melhoria na qualidade dos produtos e a abertura de

novos mercados consumidores, o que deve contribuir para que haja um aumento dos ganhos médios por agricultor.

De uma maneira geral, os associados estão se apropriando e gerando conhecimento e inovações, o que vem a ser um aspecto fundamental para a construção de novas competências e obtenções de vantagens competitivas. Esse avanço deve ser, em grande parte, creditado ao caráter do associativismo, que encoraja a ação coletiva, a participação ativa dos associados e que propicia uma governança de todo o processo produtivo. Na realidade, é importante ressaltar que os associados, em sua grande maioria, são micro e pequenos agricultores, que têm, em razão da condição, muitas dificuldades, que vão desde o acesso a créditos de financiamento até a comercialização de seus produtos. Com a criação da APROCOR, esses problemas passaram a ser minimizados através da compra coletiva de insumos, comercialização conjunta e uma maior propensão ao aprendizado.

### 3.2 Perfil do associado da APROCOR

A APROCOR conta hoje em seu banco de dados com um total de 178 associados efetivos, que realizam o pagamento da taxa mensal fixada em assembléia em R\$ 5,00 mensais. Um associado somente é desligado quando, por um período superior a seis meses, não efetuar a contribuição mensal e nenhum movimento de entrega de produtos, bem como não comparecer às assembléias por três vezes consecutivas ou cinco vezes alternadas.

Quando o interessado em se associar procura a sede da APROCOR, há o preenchimento de um cadastro com os seus dados pessoais. A partir de então, o mesmo já está apto a realizar a comercialização e a usufruir das outras ações da Associação. O novo associado é apresentado aos demais membros na assembléia subsequente e a sua situação é formalizada através de registro em ata

Com base no banco de dados da APROCOR, apresenta-se na seqüência o perfil dos associados efetivados. Em relação à escolaridade dos associados, conforme quadro 37 pode-se observar que 52% possuem o ensino fundamental incompleto, 31% possuem o ensino fundamental completo, e apenas 1% possui superior completo.

Esta situação de baixa escolaridade já foi discutida em assembléia ordinária da Associação e protocolada junto ao Núcleo Regional da Secretaria de Educação de Campo Mourão uma solicitação para implantar, dentro da sede da APROCOR, uma sala de aula do Sistema EJA (Educação de Jovens e Adultos), no início do ano de 2008.

QUADRO 37 – ESCOLARIDADE DOS MEMBROS DA APROCOR, 2006

<b>Escolaridade</b>	<b>N. associados</b>	<b>%</b>
Ensino Fundamental incompleto	92	52%
Ensino Fundamental completo	56	31%
Médio incompleto	16	9%
Médio completo	09	5%
Superior incompleto	03	2%
Superior completo	02	1%
Total	178	100%

Fonte: APROCOR, 2007.

Dentre os associados, 31% estão na faixa etária de 41 a 50 anos; 23,5% encontram-se na faixa etária de 31 a 40 anos; 22% na faixa etária de 20 a 30 anos; 20,5% na faixa etária de 51 a 60 anos; e apenas 3% possuem idade superior a 60 anos.

Assim, com base na análise do Quadro 38 pode-se verificar que a grande maioria dos membros da associação pertence a faixa etária considerada como População Economicamente Ativa.

QUADRO 38 – FAIXA ETÁRIA DOS ASSOCIADOS DA APROCOR, 2006

<b>FAIXA ETARIA</b>	<b>N. associados</b>	<b>%</b>
20 – 30 anos	40	22,0
31 – 40 anos	41	23,5
41- 50 anos	55	31,0
51 – 60 anos	36	20,5
Acima de 60 anos	06	3,0
Total	178	100

Fonte: APROCOR, 2007

Em relação a quantidade de terra, a grande maioria dos associados é classificado como micro e pequenos produtores, pois possuem uma área de produção inferior a 10ha. Isso significa, de acordo com as informações do quadro 39, de um universo de 178 associados, 92,13% (164 membros) possuem uma área de até dez hectares e apenas 7,87% (14 membros) possuem áreas superiores a esta dimensão.

QUADRO 39 – QUANTIDADE DE TERRA DOS ASSOCIADOS DA APROCOR, 2006

Área de Produção/ Hectare	N. associados	%
Até 1 ha	58	33,0
1 a 2 ha	34	19,0
2 a 5 ha	41	23,0
6 a 10 ha	31	17,0
Acima de 10 ha	14	08,0
Total	178	100

Fonte: APROCOR, 2007.

Quanto ao gênero, pode-se observar pelo Quadro 40 que 66% dos associados são do sexo masculino e 34% do sexo feminino. O número de mulheres é considerável. Esse número expressivo de mulheres pode ser explicado pelo fato de que os seus cônjuges se deslocaram para os centros maiores a procura de emprego, ficando as mulheres com o encargo das plantações.

QUADRO 40 – GÊNERO DOS ASSOCIADOS DA APROCOR, 2006

Gênero	N. de associados	%
Masculino	117	66%
Feminino	61	34%
Total	178	100%

Fonte: APROCOR, 2007.

### 3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse capítulo objetivou analisar o desempenho da APROCOR no município de Corumbataí do Sul com os dados disponíveis. Na realidade, a falta de dados

associada ao pouco tempo de atuação desta associação não foram suficientes para dar conta de um processo que ainda está numa fase embrionária, mas que já demonstra capacidade para poder dar contribuições significativas ao desenvolvimento de sua localidade.

A APROCOR gerou em tão pouco tempo de existência efetiva resultados muito positivos, como o aumento expressivo do número de associados, a visível melhoria no processo de produção e comercialização e um processo de aprendizado que começa a ser internalizado pelos seus membros. Os resultados positivos são frutos não só da persistência de poucos membros que acreditaram num projeto coletivo, mas principalmente dos laços cooperativos que foram estabelecidos e fortalecidos ao longo do tempo. De fato, foi através desses laços que muitas adversidades foram superadas, sendo esse um possível motor para o desenvolvimento da Associação e, conseqüentemente, do próprio município.

## CONCLUSÕES

Esta dissertação teve como objetivo principal mostrar que o associativismo pode vir a se transformar num importante fator para o desenvolvimento econômico local. Nesse sentido, a APROCOR, situada no município de Corumbataí do Sul, foi utilizada como estudo de caso.

Conforme foi ressaltado no primeiro capítulo, o desenvolvimento econômico, de acordo com uma concepção atual, está profundamente relacionado com o ambiente local. Entretanto, não é qualquer localidade que viabilizará o seu desenvolvimento, mas sim aquelas que tiverem capacidade de mobilização de suas vantagens comparativas num processo que requer geração de novos conhecimentos e, ao mesmo tempo, aprendizado, sendo que este depende, além do conhecimento, das condições de suporte e da infra-estrutura, da cooperação.

Na realidade, a cooperação vem a ser um elemento essencial para o potencial competitivo de uma localidade, uma vez que ela está baseada na capacidade dos diversos atores em gerar consenso. Nesse sentido, o associativismo, em função dos seus fortes laços cooperativos, ocupa um papel de destaque na medida em que pode dar uma contribuição significativa para o desenvolvimento local. De fato, Haddad (2004) sublinhou que o dinamismo do associativismo poderá a se constituir numa estratégia de desenvolvimento local, posto que existe a possibilidade real de que ele se transforme num APL, embora este não fosse o objetivo desta dissertação.

O município de Corumbataí do Sul, sede da APROCOR, apresenta um quadro socioeconômico bastante delicado, conforme sublinhado no segundo capítulo, e o seu IDH-M reflete bem a sua situação socioeconômica. Ele, de acordo com o PNUD (2003), tem um IDH-M de 0,678, que o classifica como sendo de médio desenvolvimento humano. Apesar do seu IDH-M ter crescido 16,9% em dez anos, uma prova da melhoria conquistada pela municipalidade, a sua classificação, tanto em termos nacional quanto estadual, é muito ruim. Por exemplo, dos 399 municípios existentes no Paraná, Corumbataí do Sul ocupa a 377ª posição, situação esta que significa que 94,2% (ou 376) dos municípios paranaenses estão numa condição superior e, conseqüentemente, que apenas 5,8% (ou 22) municípios numa condição de igualdade ou inferioridade.

Embora Corumbataí do Sul apresente um quadro de reais dificuldades, o segundo capítulo mostrou que todos os indicadores (proporção de pobres, desigualdade de renda, nível educacional, renda per capita, habitação, etc.) sofreram significativas melhorias e que novas alternativas devem ser pensadas e implementadas de modo que o referido município possa vir a usufruir de um patamar de desenvolvimento humano mais elevado.

A APROCOR começou a atuar efetivamente no município de Corumbataí do Sul apenas em 2001, ou seja, há bem pouco tempo atrás. De fato, é preciso salientar que esta associação ainda encontra-se numa fase embrionária de desenvolvimento e que a disponibilidade de dados para a realização desta dissertação foi escassa. Apesar desta dificuldade real, pôde-se captar claramente que a APROCOR, conforme ressaltado no terceiro capítulo, tem potencial suficiente para poder contribuir consideravelmente no desenvolvimento da municipalidade de Corumbataí do Sul.

Esta associação gerou, em apenas seis anos, resultados muito positivos, tais como o aumento expressivo do número de associados (o número aumentou mais de doze vezes em cerca de seis anos), a visível melhoria nos processos de produção e comercialização e um processo de aprendizado que começa a ser internalizado cada vez mais pelos seus membros. Estes resultados, em grande parte, devem-se aos laços cooperativos que foram estabelecidos e fortalecidos ao longo da existência desta associação. Esses laços foram essenciais na superação das adversidades locais e podem muito bem se constituir num possível motor para o desenvolvimento de Corumbataí do Sul. Entretanto, isso será tarefa para uma futura pesquisa, que poderá examinar a possibilidade da APROCOR vir a se constituir num APL.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, E. **Associativismo rural e participação**. Lavras: UFLA/FAEPE, 1997.

AVRITZER, L. **Cultura política, associativismo e democratização: uma análise do associativismo no Brasil**. In: O novo associativismo brasileiro. Relatório substantivo final: FORD/ANPOCS, 2004.

BROSE, M. **Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local**. 103 experiências no meio rural gaúcho. Santa Cruz do Sul: EDUNIC, 2002.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CAMPOS, Márcia Maria da Cruz e. **Processo de desenvolvimento local: uma análise da implementação do projeto aliança com o adolescente**. 173 p. (Dissertação de Mestrado em Administração). Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

CANTERLE, N.M.G. **O associativismo e sua relação com o desenvolvimento**. Francisco Beltrão-Pr.: Unioeste, 2004. Disponível em: [www.unioeste.br](http://www.unioeste.br) Acesso em: 05/03/2007.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E.; Maciel, M. L. (org.), **Pequenas empresas: cooperação e desenvolvimento local**. Relume Dumará Editora, Capítulo 1, Julho 2003.

CASSIOLATO, J.E.; SZAPIRO, M. Uma caracterização de arranjos produtivos locais de micro e pequenas empresas. In: LASTRES, H. M.M.; CASSIOLATO, J. E.; MACIEL, M. L. ( Org.), **Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Relume Dumará Editora. Rio de Janeiro: UFRJ; Instituto de Economia, 2003. p. 35-50.

FRANTZ, W. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: 12/04/2007.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

HADDAD, P.R. Texto de Referência da Palestra sobre Cultura Local e Associativismo. In texto apresentado no **Seminário do BNDS sobre Arranjos Produtivos Locais**. BNDES, Setembro de 2004.



**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acesso em: 04/04/2007.

**IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Cadernos Municipais**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/> Acesso em: 04/04/2007.

LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E, Desafios e oportunidades para o aprendizado em sistemas produtivos e inovativos na América Latina. In: DINIZ, C.C.; LEMOS, M.B. (Org.). **Economia e Território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 321-340.

\_\_\_\_\_. **Políticas para promoção de arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas: conceito, vantagens e restrições do e equívocos usuais**. 2003. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist>. Acesso em: 04/2006.

LAZZAROTTO, J.J. **O associativismo rural e a sua viabilização: estudo de caso comparativo de duas associações de produtores rurais do município de Pato Branco (PR)**. Disponível em: [www.anpad.org.br/enanpad/2000/dwn/enanpad2000-org-1033.pdf](http://www.anpad.org.br/enanpad/2000/dwn/enanpad2000-org-1033.pdf). Acesso em: 14/01/2007.

LUNDEVALL, B. **Introduction**. In: LUNDEVALL, B. (ed.). *National Systems of Innovation: towards a theory of innovation and interactive learning*. London: Pinter, 1992, p. 1-16.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEC/INEP – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/Site/> Acesso em: 02/03/2008.

MUENCHEN, J. V. **O planejamento e o controle da produção em associações de pequenos agricultores**. Piracicaba: ESALQ (Dissertação de Mestrado), 1996.

MYTELKA, L. K., FARINELLI, F. Local Clusters, Innovation Systems and Sustained Competitiveness. **Nota Técnica 5 do projeto: Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ/BNDES/FINEP/FUJB, 2000.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. PNUD, 2000.

PRÉVOST, P. As dimensões e processos do desenvolvimento das coletividades locais. **Seminário “Cooperativismo e Desenvolvimento Local”**, 9 e 10 de Novembro de 2005. Curitiba.

REDESIST – **Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais.**  
<[www.ie.ufrj.br/redesist/publica.html](http://www.ie.ufrj.br/redesist/publica.html)> acesso em: 14/06/2006.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 19/12/2006.

SERRA, M.A. & PAULA, N.M. de, **Desenvolvimento Local: A Experiência Paranaense com os Arranjos Produtivos Locais.** In: MELO, R. L. de & HANSEN, D. L. (orgs.), **Desenvolvimento Regional: novas e velhas questões**, Aracaju: Editora da UFS, . 2007.

SILVEIRA, C.M. **Desenvolvimento local: uma hipótese política.** In: SILVA, G.; COCCO, G. (Orgs.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local.** Rio de Janeiro: DP&A; Brasília: Sebrae, 2006.

SINGER, P. **Uma utopia militante. Repensando o socialismo.** Rio de Janeiro. Vozes. 1998.

SUZIGAN, W.; GARCIA, R.; FURTADO, J. **Sistemas Locais de Produção/ Inovação: metodologia para identificação, estudos de casos e sugestões de políticas.** In: DINIZ, C.C.; LEMOS, M.B. (Org.). **Economia e Território.** Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 287-320.

VARGAS, M. **Proximidade Territorial, Aprendizado e Inovação: um estudo sobre a dimensão local de processos de capacitação inovativa em arranjos e sistemas produtivos no Brasil.** Rio de Janeiro: IE/UFRJ (tese de doutorado).

ZAPATA, T. *et al.* **Desenvolvimento local: estratégias e fundamentos metodológicos.** Rio de Janeiro: Ritz, 2001.